

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOSELITA ROMUALDO DA SILVA

A UNIVERSALIZAÇÃO E O ATENDIMENTO DO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ

CURITIBA

2013

JOSELITA ROMUALDO DA SILVA

A UNIVERSALIZAÇÃO E O ATENDIMENTO DO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ

Monografia apresentada à disciplina de Metodologia da Pesquisa como requisito parcial à conclusão do Curso de Políticas Educacionais, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná

Orientadora: Prof^a Dr^a Adriana Dragone Silveira

CURITIBA

2013

Agradeço a Deus, pela vida, bênção e proteção.

Aos meus pais, José e Maria, por todos os momentos da minha vida.

À minha orientadora, Adriana Dragone Silveira que tanto contribuiu para minha formação e que tão solícitamente aceitou-me como sua orientanda.

A todos meus amigos e amigas que sempre me apoiaram nos momentos mais difíceis da minha vida.

Que os nossos esforços
Desafiem as impossibilidades
Lembraí-vos de que as grandes proezas,
Foram sempre conquistas
Daquilo que parecia impossível

Charles Chaplin

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo descrever e analisar como se configurou as políticas para o acesso, a permanência e a qualidade do Ensino Médio visando a sua universalização, mais especificamente no Estado do Paraná, no período de 2000 a 2012. Os procedimentos adotados foram: pesquisa bibliográfica; análise documental; coleta de dados no banco de dados do INEP e do IBGE e tabulação e análise dos dados coletados. A realização deste estudo permitiu identificar que ao longo da última década, tanto no Brasil quanto no Estado do Paraná, houve uma ligeira melhora nos indicadores relacionados ao acesso, permanência, e conclusão na faixa etária adequado na última etapa da Educação Básica. Essa melhora, por sua vez está relacionada aos programas implantados por esses dois entes federados voltados a essa etapa de ensino como o Ensino Médio Inovador, o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais, Programa do Transporte Escolar e o Programa de Combate a Evasão Escolar. A pesquisa permitiu também que se percebesse que assim, como ocorreu com o Ensino Fundamental, o esforço que vem sendo direcionado ao Ensino Médio é maior no que se refere à oferta e permanência dos estudantes, sendo colocado em segundo plano as políticas voltadas a qualidade da aprendizagem dos estudantes.

Palavras-chave: Acesso. Permanência. Sucesso Escolar. Ensino Médio no Paraná. Indicadores educacionais. Políticas públicas Educacionais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1 CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO	09
1.1 ASPECTO HISTÓRICO	09
1.2 ASPECTO LEGAL.....	13
1.3 FINANCIAMENTO	15
2 ANÁLISE DOS DADOS SOBRE O ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NO PARANÁ	18
2.1 CONDIÇÕES DE ACESSO AO ENSINO MÉDIO	18
2.2 CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA NO ENSINO MÉDIO	30
2.3 CONDIÇÕES DE SUCESSO ESCOLAR	34
3 POLÍTICAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ	43
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ.....	44
3.2 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO.....	46
3.3 ENSINO MÉDIO POR BLOCOS DE DISCIPLINAS SEMESTRAIS.....	48
3.4 PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53

INTRODUÇÃO

A educação, direito público, é um bem social contemplado na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Para além do que estabelece a legislação vigente é unanimidade entre toda a sociedade a sua importância. No entanto, apesar desse consenso, percebe-se que na prática há muito que se caminhar para que se possa obter a universalização do acesso, permanência e qualidade no ensino ofertado na Educação Básica do país.

O Ensino Médio, por sua vez, compõe a última etapa da educação básica e segundo o artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental; a preparação básica para o trabalho e o aprimoramento do sujeito como pessoa humana.

A faixa etária da população atendida nessa etapa de ensino é dos 15 a 17 anos. No entanto, dados do Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa (INEP) apontam que em 2008, mais de 35% dos estudantes matriculados no Ensino Médio estavam fora da faixa etária considerada adequada.

Com relação aos índices de reprovação no ano de 2011, mais de 12% dos jovens brasileiros foram reprovados nessa etapa de ensino e aproximadamente 10% abandonou os bancos escolares. Nesse mesmo ano o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) obtido pelo Ensino Médio no Brasil foi de 3.7, sendo de 3.4 na Rede Estadual de ensino. O Estado do Paraná, entretanto, apresenta dados melhores do que os do Brasil, principalmente, no que se refere ao abandono escolar, pois em 2011 conseguiu diminuir para 6% esse índice enquanto no Brasil no mesmo período o índice registrado foi de 9.5%.

É importante ressaltar, entretanto, que o acesso ao Ensino Médio está intimamente relacionado à quase universalização do Ensino Fundamental¹, que gerou demandas populares por acesso à continuidade dos estudos. Assim como

¹ O Ensino Fundamental até 2009 era a única etapa da Educação Básica considerada como obrigatória na legislação brasileira. Com a Emenda Constitucional n. 59 de 2009, a obrigatoriedade de ensino passou a ser dos 4 aos 17 anos.

está relacionado às exigências do mercado de trabalho que define cada vez mais o requisito mínimo de Ensino Médio completo para seleção dos trabalhadores.

Diante do exposto, muito se vem discutindo sobre a identidade e o papel dessa etapa de escolarização, bem como, o direito ao acesso, a permanência e ao sucesso escolar no Ensino Médio.

Diante desse panorama nos cabe questionar: o que mostram os dados de matrículas, evasão, aprovação e reprovação no Brasil e no Estado do Paraná? Qual o percentual de atendimento nessa etapa de ensino? Quais os indicadores obtidos pelo Estado do Paraná nos exames nacionais (IDEB)? O que significou para o Ensino Médio a aprovação da Emenda Constitucional nº 59 de 2009? É possível visualizar a universalização do Ensino Médio no Estado do Paraná? E principalmente, quais as políticas públicas educacionais que estão sendo colocadas em práticas visando à garantia do direito ao Ensino Médio?

Partindo dessa perspectiva o presente estudo buscou descrever e analisar como se configurou as políticas para o acesso, a permanência e a qualidade do Ensino Médio visando à universalização do atendimento dessa etapa de ensino, mais especificamente no Estado do Paraná, no período de 2000 a 2012.

Estabeleceu-se como objetivos específicos mapear e analisar as matrículas do Ensino Médio no Brasil e no Estado do Paraná no período elencado; mapear e analisar a legislação e políticas públicas educacionais visando o acesso, permanência e qualidade para esta etapa de ensino; pesquisar e analisar os dados de evasão, reprovação e IDEB relacionados ao Ensino Médio comparando os dados apresentados pelo Brasil e pelo Paraná.

A metodologia utilizada no estudo foi: bibliográfica; análise documental, coleta de dados no banco de dados do INEP e do IBGE; tabulação e análise dos dados coletados.

O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro apresentará uma breve caracterização do Ensino Médio no Brasil abordando como se estruturou historicamente ao longo dos últimos anos essa etapa de ensino e problematizando a fragilidade da legislação brasileira, que com a Emenda Constitucional nº 59 estendeu a obrigatoriedade de ensino dos quatro aos dezessete anos.

No segundo capítulo será apresentado o levantamento de informações coletadas no banco de dados do INEP e IBGE, bem como as tabelas e gráficos

elaborados e as análises realizadas a partir dos mesmos sobre o acesso, permanência e sucesso do Ensino Médio no Brasil e no Paraná.

O terceiro capítulo irá discorrer sobre as principais políticas e programas estruturados no Estado do Paraná voltados para ao acesso, permanência e sucesso escolar dos alunos no Ensino Médio no período compreendido de 2000 a 2012.

1. CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio que conhecemos atualmente, última etapa da Educação Básica, é fruto de uma construção histórica permeada por políticas públicas educacionais que foram se construindo ao longo dos últimos anos.

Nesse sentido esse capítulo irá abordar como se estruturou historicamente ao longo dos últimos anos o Ensino Médio no Brasil, problematizar a fragilidade da legislação brasileira no que se refere à obrigatoriedade dessa etapa de ensino e apresentar como se caracteriza o financiamento da última etapa da educação básica no Brasil.

1.1 ASPECTO HISTÓRICO

Segundo Oliveira (2007); Pinto ([200-]); Krawczyk (2009); Kuenzer (2010), a história do Ensino Médio no Brasil está sendo permeada por grandes desafios. Entre eles destacam-se os relacionados ao seu financiamento, a sua finalidade, a sua expansão; e a permanência e conclusão com sucesso pelos estudantes dessa etapa de ensino.

Porém, para que se compreenda como se configura o Ensino Médio em âmbito nacional e estadual é necessário que se tenha clareza de como ele foi se estruturando historicamente no país.

Nesse sentido é preciso observar que conforme apontam Amaral, Castro e Pinto (2011, p. 640), durante cerca de 460 anos o Ensino Médio viveu sob controle do setor privado e religioso, visando principalmente a atender as necessidades dos jovens e adolescentes da elite brasileira.

Em 1834 foi criado um Ato Adicional, que dava às províncias o direito de regular sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-las. Com isso, surgiram os liceus que tinham como intenção preparar seus alunos para a admissão no ensino superior. Nesse contexto, em 1837 foi criado o Colégio Dom Pedro II com estrutura escolar, orgânica e seriada, dando o grau de bacharel em

Letras e o direito ao ingresso no ensino superior sem a necessidade de exames para tal. (SANTOS, 2010, p. 4-5)

A criação do Colégio D. Pedro II foi o primeiro passo dado pelo governo Central do país, que há pouco tinha conseguido sua independência, para organizar o ensino secundário regular. Durante muito tempo, inclusive já na primeira metade do século XX, o Ensino Médio ficou restrito aos estabelecimentos, como os liceus, nas capitais dos estados voltados para a educação masculina e as escolas normais que visavam à educação feminina.

Porém, é impossível falar sobre a história do Ensino Médio no país sem considerar, conforme destacam Brandão (2004) e Kuenzer (1997) a sua dupla função, ou seja, a de preparar para a continuidade de estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho.

Segundo Kuenzer (1997, p.) essa dupla função “não é uma questão apenas pedagógica, mas política, determinada pelas mudanças nas bases materiais de produção, a partir do que se define a cada época, uma relação peculiar entre trabalho e educação”.

Menezes (2001), no artigo “O novo público e a nova natureza do Ensino Médio” aponta que nos anos 50, 60 e começo dos 70, a função central das escolas públicas de Ensino Médio regular não profissionalizante, era principalmente a de preparar, para as universidades os jovens, originários da elite econômica e de classes médias em ascensão. O autor esclarece que essas eram escolas altamente seletivas, com exigentes exames de ingresso, que filtravam uma “nata da nata”, uma vez que mesmo para o acesso ao antigo ginásio, que hoje corresponderia à passagem para a quinta série do ensino fundamental, havia exame de admissão.

Com relação ao Ensino Médio profissionalizante, Kuenzer (2000) destaca que pela primeira vez que aparece a formação profissional como política pública no Brasil, ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho.

A formação profissional como responsabilidade do Estado inicia-se no Brasil em 1909, com a criação de 19 escolas de arte e ofícios nas diferentes unidades da federação, precursoras das escolas técnicas federais e estaduais. Essas escolas, antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. (KUENZER, 2000, p.15)

Abramovay (2003, p. 15) também ressalta que essa etapa de ensino sempre oscilou entre duas alternativas básicas: oferecer um ensino profissionalizante com caráter de terminalidade ou oferecer um ensino propedêutico voltado ao prosseguimento dos estudos em nível superior, cabendo ainda nessa segunda possibilidade a sua segmentação em função da área do curso superior que o aluno pretenda seguir.

Nessa perspectiva, percebe-se que historicamente se configuram dois tipos de Ensino Médio no Brasil, um voltado aos filhos da classe trabalhadora e outro aos filhos da elite brasileira.

Alguns autores como Kuenzer (1997, 2000 e 2010), Krawczyk (2009 e 2011), Abramovay (2003) apontam que existe uma crise de identidade no Ensino Médio causada pela falta de clareza do papel dessa etapa de ensino na educação básica.

Oliveira (2009) no artigo “Possibilidades do Ensino Médio Integrado diante do financiamento público da educação” destaca a importância política e pedagógica da articulação entre a formação geral e a formação profissional, pois, segundo o autor a formação profissional não pode resumir-se apenas à apropriação de saberes práticos e úteis ao mercado de trabalho. Nessa perspectiva, Oliveira defende que cada vez mais, a luta política por um Ensino Médio que objetive a formação “integral” dos educandos impõe-se como necessária e consequente.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Ensino Médio foi alvo de uma reforma estrutural e curricular, por meio do Decreto nº 2.208/97 (BRANDÃO, 2011). Este decreto estabeleceu a separação compulsória entre o Ensino Médio e a educação profissional, sendo o aspecto estrutural mais evidente dessa reforma a separação obrigatória do Ensino Médio de caráter propedêutico daquele de caráter profissionalizante, sendo, objetivo dessa separação tornar o ensino profissional de nível médio mais curto e, portanto, de mais rápida conclusão.

Brandão (2011) destaca que no âmbito curricular, a modificação mais significativa foi à introdução da ideia do desenvolvimento das competências como objetivo central das novas diretrizes curriculares desse nível de ensino. Para o autor “além do ‘modelo de competências’, outra característica fundamental da reforma do Ensino Médio empreendida pelo governo FHC foi à valorização excessiva dos ‘métodos ativos’. (BRANDÃO, 211, p.197).

Zibas (2005^a, p.34) alerta para que a atividade e experiência no Ensino Médio não sejam transformadas em simples ‘ativismo’ e sobrepostas aos conteúdos.

Contrários à concepção do Ensino Médio fundamentado na pedagogia das competências, da empregabilidade, do empreendedorismo Frigotto, Ciavatta, e; RAamos (2005) se posicionam

[...] para voltarmos a ter um ensino médio entendido como parte fundamental da educação básica e articulado com o mundo do trabalho, da ciência e da cultura, precisamos, inicialmente, desconstruir “o entulho ideológico imposto pelas classes dominantes da teoria do capital, da pedagogia das competências, da empregabilidade, do empreendedorismo e da ideia que cursinhos curtos profissionalizantes, sem uma educação básica de qualidade, os introduzem rápido ao emprego” (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 77).

Em 2003, ocorreu a mudança de governo e tendo Luiz Inácio Lula da Silva assumido à presidência da República, “o movimento de oposição à ruptura entre educação geral e profissional, levado a efeito pelo Decreto n. 22008/97, ganhou força, até que, em 2004, o Decreto n. 5.154 reestabeleceu a possibilidade da articulação mediante a modalidade ‘Ensino Médio integrado’, que passou a compor o texto da LDB por força da Lei n. 11.741/2008.” (KUENZER, 2010, p. 864).

Porém, é importante ressaltar que essa reintegração não é obrigatória. Ou seja, este Decreto “trouxe a abertura e o estímulo à formação integrada, mas não trouxe a garantia de sua implementação”. (RAMOS, 2005, p. 125).

É importante destacar, porém, que o acesso ao Ensino Médio no Brasil, até pouco tempo, sendo ele prepedêutico ou técnico, era uma realidade para poucos adolescentes e jovens brasileiros. Menezes (2001) esclarece que

[...] para a ampla maioria dos jovens brasileiros a escola de ensino médio sempre foi uma realidade distante. Especialmente nas áreas rurais, muitos nunca chegaram a freqüentar qualquer escola; uma parcela completava o curso primário, ou seja, os primeiros quatro anos de escola; parcela menor ia ao ginásio, que correspondia aos últimos quatro anos do ensino fundamental de hoje; uma fração dos que completavam o ginásio se dirigia a cursos profissionalizantes, como escolas técnicas comerciais e industriais; e uns poucos buscavam o ensino médio regular e o ensino superior. (MENEZES, 2001, p. 202)

Somente a partir da Constituição Federal de 1988 que o direito a educação passou a ser tratado como direito público subjetivo², sendo estabelecido como uma

² Direito intrínseco da pessoa, ou seja, pertence ao indivíduo à manifestação de postular ou reivindicar o direito ao Ensino Fundamental, podendo os governantes ser responsabilizados juridicamente pelo seu não oferecimento ou por sua oferta irregular.

das exigências da Constituição a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, e a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Médio.

É a partir da década de 90 que inicia no país a expansão do Ensino Médio. De acordo com alguns autores essa expansão pode ser relacionada à quase universalização do Ensino Fundamental que gerou demandas populares por acesso à continuidade dos estudos (Oliveira, 2007; Krawczyk, 2011) e a necessidade de tornar o país competitivo no cenário econômico internacional (Krawczyk, 2011).

Krawczyk (2011) promove uma análise crítica sobre o aumento das matrículas do Ensino Médio na década de 90 e defende que “a expansão do Ensino Médio, iniciada nos primeiros anos da década de 1990, não pode ser caracterizada, ainda, como um processo de universalização nem de democratização, devido às altas porcentagens de jovens que permanecem fora da escola, à tendência ao declínio do número de matrículas desde 2004 e à persistência de altos índices de evasão e reprovação.” (KRAWCZK, 2011, p.755)

A autora, a partir dos dados analisados defende que o processo de expansão do Ensino Médio reproduz a desigualdade regional, de sexo, cor/raça e modalidade de oferta, ou seja, enquanto os filhos da elite brasileira vão para o Ensino Médio de formação geral, os filhos da classe trabalhadora vão para o Ensino Médio técnico.

Krawxczk (2011) chama a atenção para o fato de que além dos desafios da universalização do acesso e da igualdade de oportunidades educacionais nessa etapa de ensino, também permanecem desafios referentes aos conteúdos a serem ensinados, à formação e remuneração dos professores, às condições de infraestrutura e gestão escolar, aos investimentos públicos realizados, entre outros.

1.2 ASPECTO LEGAL

Conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96) o Ensino Médio constitui-se como a última etapa da educação básica, tem duração mínima de três anos e possui as seguintes finalidades:

I - a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

- II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV - a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. (BRASIL, 1996, art. 35).

A responsabilidade de organizar, ofertar e manter essa etapa de ensino é dos governos estaduais com a colaboração da União. (BRASIL, 1996, art.09, IV e 10, VI). No entanto, essa etapa de ensino não se constitui, ainda, no país como obrigatória.

Com a implementação da Emenda Constitucional nº 59 de 2009 a obrigatoriedade de ensino passou a ser dos 4 aos 17 anos, abrangendo, portanto, uma parcela de estudantes da faixa etária da Educação Infantil e a faixa etária dos estudantes do Ensino Médio.

De acordo a LDB (art. 10, inc. VI) compete ao estado “assegurar o Ensino Fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem, inclusive os que não conseguiram cursá-lo na idade certa”.

A Emenda Constitucional nº 59 aprovada em 11 de novembro de 2009, alterou o artigo 208 da Constituição Federal e estabeleceu a obrigatoriedade de ensino dos 4 aos 17 anos. Esse foi um importante ordenamento legal para a garantia do acesso ao Ensino Médio, porém é um mecanismo frágil para a universalização dessa etapa de ensino, uma vez que a obrigatoriedade do ensino dos 15 aos 17 anos, faixa etária correspondente a do Ensino Médio, não significa a obrigatoriedade dessa etapa de ensino, isso porque o número de distorção idade/série ainda é considerado muito alto, conforme será analisado no capítulo 2 que aponta que aproximadamente 37% dos estudantes matriculados no Ensino Médio no Brasil tem mais de 18 anos, e no Paraná o percentual é de aproximadamente 30%. Ou seja, idade superior aos 17 anos na qual os estudantes já deveriam ter concluído o Ensino Médio. Aqui cabe ressaltar que mantém-se na Constituição Federal a obrigatoriedade do Estado em ofertar o Ensino Médio, mesmo para aqueles que não o fizeram na idade adequada.

1.3 FINANCIAMENTO

Uma política pública educacional fundamental para a garantia do acesso, permanência e sucesso dos estudantes no Ensino Médio é o seu financiamento. Por isso, apesar desse tema não ser objeto desse estudo é importante contextualizar em linhas gerais como ele está sendo abordado nacionalmente.

Nessa perspectiva, vale ressaltar que o financiamento dessa etapa de ensino passou a acontecer de forma mais consistente a partir da Lei Federal Nº 11.494 de 20 de junho de 2007 que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), pois até essa data vigorava no país o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), sendo que esse fundo deixava de fora etapas e modalidades como a Educação Infantil, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos.

No entanto, de acordo com Lei Federal nº 11.494/2007 (art. 31, I) o montante de recursos estabelecidos no FUNDEB foram implantados progressivamente nos primeiros três primeiros anos de vigência.

No que se refere ao cálculo das matrículas para o repasse dos recursos, apenas o Ensino Fundamental, teve a totalidade das matrículas consideradas, imediatamente, a partir do primeiro ano de vigência do FUNDEB. Sendo estabelecidas as seguintes progressões para a Educação Infantil, Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos: um terço das matrículas no primeiro ano de vigência; dois terços das matrículas no segundo ano de vigência e a totalidade das matrículas a partir do terceiro ano de vigência do Fundo.

Assim, as etapas e modalidade de ensino que já sofriam da precariedade de investimento só a partir de 2010 passaram a ter a totalidade do valor aluno repassado via Fundeb.

Observa-se, portanto, que historicamente o país priorizou as políticas públicas educacionais de acesso, permanência e sucesso escolar voltadas ao Ensino Fundamental, pois, essa etapa de ensino se constitui como obrigatória. O que não significa que o Ensino Fundamental tenha atingido um patamar confortável no que se refere ao acesso de todos os brasileiros à permanência e sucesso escolar, no entanto, se compararmos a políticas públicas voltadas ao financiamento

do Ensino Fundamental com as de financiamento do Ensino Médio é possível verificar que a segunda etapa de ensino da Educação Básica foi mais desfavorecida historicamente.

Nessa perspectiva Gomes e Morgado (2007, p. 225) apontam que parte dos prédios e do pessoal do Ensino Médio foi financiada pelo Ensino Fundamental, “com a cessão de espaços geralmente ociosos ou acrescentados aos projetos e a utilização de parte do tempo docente e não docente em outros níveis e modalidades da educação básica.”

Esses autores destacam também que

A busca de soluções mais duradouras para o financiamento da educação básica situa no centro das discussões a falta de dados adequados sobre o ensino médio. Este, junto com a educação infantil, a educação especial e a educação de jovens e adultos, se inserem no financiamento público de modo apendicular: enquanto o tronco ainda é o ensino fundamental obrigatório, tanto na contabilidade quanto nas fontes de recursos, as etapas e modalidades citadas da educação básica ainda giram como mariposas em torno do ensino fundamental. (GOMES; MORGADO, 2007, p. 224)

Pinto, Amaral e Castro (2011, p. 641) destacam que o maior desafio de se analisar os gastos dessa etapa de ensino no Brasil é, descobrir quais são, precisamente e efetivamente, esses gastos, pois segundo os autores até hoje, apesar dos avanços feitos pelos órgãos públicos no levantamento e disseminação de informações de gastos educacionais, ainda não existe uma confiabilidade plena nos dados disponibilizados.

De acordo com a pesquisa realizada por Pinto ([200-], p. 5 e 6) o que se constata, é que não existem grandes diferenças nos valores de gasto por aluno/ano entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. O autor esclarece que isto se deve ao fato que as duas etapas de ensino são igualmente carentes de infraestrutura e equipamentos, além de ser muito comum uma mesma escola abrigar turmas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Com relação aos salários dos docentes, que tem um peso significativo nos gastos, e que são maiores para os professores do Ensino Médio, Pinto ([200-]), destaca que esse efeito acaba sendo neutralizado pelo maior número de alunos por turma.

O autor ressalta, ainda, que em 1999, os gastos por aluno-ano no Ensino Médio ficaram abaixo daqueles do Ensino Fundamental e esclarece que este fato não parece ser um caso isolado para o ano de 1999.

Pinto ([200-], p.6) explica que boa parte dos estudos e pesquisas que buscam analisar o impacto do Fundef nos sistemas estaduais tem indicado uma queda incompatível nos valores de gastos por aluno-ano no Ensino Médio enquanto as matrículas continuam a crescer em ritmo acelerado.

Sobre essa situação Pinto ([200-], p.6) acrescenta que a

Possível explicação para este fato parece estar na forma com que os sistemas estaduais vêm contabilizando os gastos com os professores que lecionam neste nível de ensino. Como boa parte deles também ministra aulas no Ensino Fundamental, em especial nas turmas de 5a a 8a séries, seus salários são contabilizados parcial, ou integralmente neste nível de ensino, para efeito de prestação de contas ao Fundef, numa clara burla, de difícil detecção, à legislação deste Fundo. Ao que parece, este tem sido um mecanismo utilizado por alguns governos estaduais para garantir a expansão das matrículas no Ensino Médio. Um segundo mecanismo consiste no adensamento das turmas, de tal forma que a relação alunos/turma saltou de 35, em 1991, para 40, em 2000 (INEP, 2003). (PINTO, [200-], p.6)

Outra importante análise feita por esse autor com relação ao financiamento do Ensino Médio no país refere-se ao fato de que no Brasil há dois padrões de Ensino Médio público:

[...] de um lado, as redes estaduais, que atendem à maioria dos estudantes, com valores, em 1999, de cerca de R\$ 50/aluno-mês; de outro lado, uma rede federal composta basicamente por escolas técnicas e pelo Colégio Pedro II, com gastos de cerca de R\$ 180/aluno-mês e que oferece um ensino claramente diferenciado com a ressalva do autor para o fato de que apesar dessa diferença, o valor da rede federal ainda estava bem abaixo de boa parte das escolas privadas consideradas de boa qualidade. (PINTO, [200-], p.9)

No entanto, o autor destaca, também, que apesar dessa diferença, o valor da rede federal ainda está bem abaixo de boa parte das escolas privadas consideradas de boa qualidade.

2 ANÁLISE DOS DADOS SOBRE O ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NO PARANÁ

Este capítulo irá apresentar o levantamento de dados e análises realizadas sobre o Ensino Médio no Brasil e no Paraná.

Nessa pesquisa foram priorizadas as informações referentes às condições de acesso, oferta, permanência e sucesso escolar com o objetivo de compreender como está sendo estruturada essa etapa de ensino e como está sendo garantido esse direito.

2.1 CONDIÇÕES DE ACESSO AO ENSINO MÉDIO

Na década de 90 o Ensino Médio no Brasil apresentou um aumento significativo no número de matrículas, registrando um crescimento de 50% entre os anos de 1995 e 1999. De acordo com Costa (2001) vários fatores contribuíram para essa expansão, entre eles, destacam-se “aqueles associados ao aumento de produtividade no Ensino Fundamental que, tendo como resultado a redução das taxas de evasão e repetência, bem como a diminuição da defasagem idade/série, acabaram por ampliar o contingente de alunos para o Ensino Médio”. (COSTA, 2001, p.7)

A autora destaca que essa redução na evasão e repetência ocorrida na década de 90 está associada à implantação de políticas educacionais voltadas para o Ensino Fundamental, como, por exemplo, os programas de correção de fluxo, e a adoção de ciclos, ao invés de série. (COSTA, 2001).

Outro fator que impulsionou o número de matrículas no Ensino Médio está relacionado às “exigências de qualificação por parte de um mercado de trabalho altamente seletivo, que define cada vez mais o requisito mínimo de Ensino Médio completo.” (Costa, 2001, p. 73). Com isso as pessoas que, abandonaram a escola após o término do Ensino Fundamental, retornaram aos bancos escolares.

Oliveira (2007) também analisa os motivos que levaram a uma progressiva ampliação na escolarização dos brasileiros.

Gradual e tardiamente, uma importante barreira para o progresso no interior do sistema escolar foi sendo suprimida. Isso fez com que, por consequência, as parcelas da população que não concluíam o ensino fundamental passassem a fazê-lo. Concomitantemente, o prestígio social do diploma dessa etapa vai diminuindo, principalmente pela sua generalização. Resta aos concluintes a alternativa de buscar a continuidade de sua escolarização. Pressionam, então, pela continuidade no sistema, forçando a ampliação do ensino médio. (OLIVEIRA, 2007, p. 683).

Dando continuidade aos estudos realizados por Costa vemos na tabela 1 que esse movimento de ampliação das matrículas no Ensino Médio no Brasil no período de 2000 a 2004 chegou a uma diferença de aproximadamente 11% entre o ano que registrou o maior número de matrículas (2004) e o ano que registrou o menor número (2000).

É possível perceber, entretanto, que a partir do ano de 2004 as matrículas começaram a cair significativamente, registrando uma queda de 792.505 matrículas, ou seja, uma redução de aproximadamente 9% no período analisado (2004 a 2012).

TABELA 1 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

ANO	TOTAL	TOTAL							
		FEDERAL	%	ESTADUAL	%	MUNICIPAL	%	PRIVADA	%
2.000	8.192.948	112.343	1	6.662.727	81	264.459	4	1.153.419	14
2.001	8.398.008	88.537	1	6.962.330	83	232.661	3	1.114.480	13
2.002	8.710.584	79.874	1	7.297.179	84	210.631	2	1.122.900	13
2.003	9.072.942	74.344	1	7.667.713	85	203.368	2	1.127.517	12
2.004	9.169.357	67.652	1	7.800.983	85	189.331	2	1.111.391	12
2.005	8.824.397	56.464	1	7.528.326	85	149.917	2	1.089.690	12
2.006	8.687.488	56.139	1	7.418.140	85	154.225	2	1.058.984	12
2.007	8.369.369	68.999	1	7.239.523	87	163.779	1	897.068	11
2.008	8.366.100	82.033	1	7.177.377	86	136.167	1	970.523	12
2.009	8.337.160	90.353	2	7.163.020	86	110.780	1	973.007	13
2.010	8.357.675	101.715	1	7.177.019	86	91.103	1	987.838	12
2.011	8.400.689	114.939	1	7.182.888	86	80.833	1	1.022.029	12
2.012	8.376.852	126.723	2	7.111.741	85	72.225	0	1.066.163	13

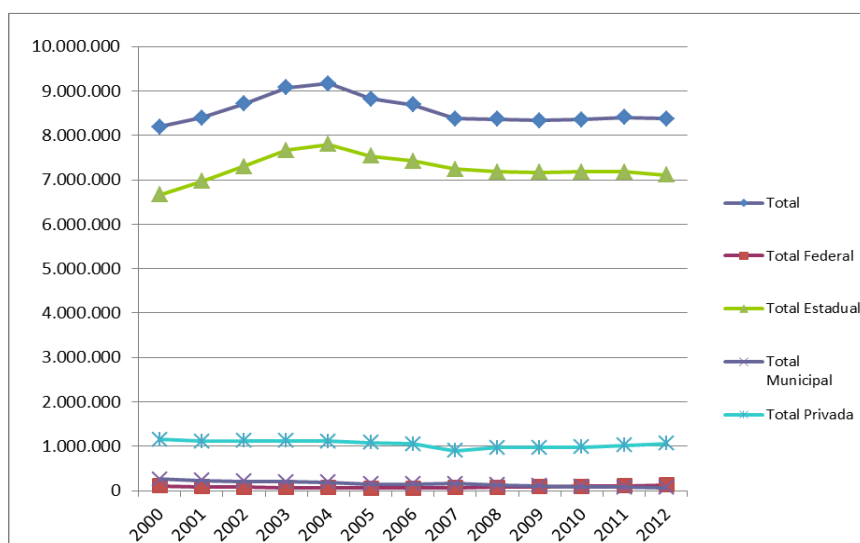
FONTE: MEC/INEP

Na tabela 1 também é possível verificar que a Rede Estadual de Ensino detém a média de 85% do total das matrículas do Ensino Médio no Brasil, seguida pela Rede Privada com 12% e da Rede Municipal e Federal que juntas possuem aproximadamente 3% das matrículas no período de 2000 a 2012.

A grande concentração de matrículas na Rede Estadual é reflexo da responsabilidade administrativa desse ente federado pelo Ensino Médio, conforme estabelecem a Constituição Federal e a LDB. Assim, na medida em que aumentam as matrículas na esfera estadual, diminuem as mesmas na esfera municipal.

O gráfico 1 facilita a visualização da movimentação das matrículas no Ensino Médio no Brasil a partir do ano de 2000.

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA



FONTE: MEC/INEP

A tabela 2 que apresenta o número de matrículas no Ensino Médio no Paraná por dependência administrativa mostra que, em consonância com a legislação educacional, a partir de 2006 as redes municipais de ensino do Paraná não atendem mais os alunos da última etapa de ensino da Educação Básica.

TABELA 2 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Ano	Total	Total							
		Federal	%	Estadual	%	Munic	%	Privada	%
2.000	491.095	7.775	2	433.151	88	102	0	50.067	10
2.001	472.363	4.831	1	417.382	88	0	0	50.150	11
2.002	462.734	4.621	1	407.751	88	0	0	50.362	11
2.003	467.896	3.217	1	410.504	88	0	0	54.175	11
2.004	467.730	2.626	1	410.174	88	27	0	44.903	11
2.005	456.366	2.826	1	398.490	87	44	0	55.006	12
2.006	467.074	2.020	0	405.611	87	0	0	59.443	13
2.007	469.094	2.191	0	417.566	89	0	0	49.337	11
2.008	472.244	3.112	1	417.591	88	0	0	51.541	11
2.009	474.114	3.560	1	418.117	88	0	0	52.437	11

2.010	479.417	3.578	0	420.049	88	0	0	55.790	12
2.011	481.846	3.985	1	416.654	86	0	0	61.207	13
2.012	484.607	4.221	1	416.299	86	0	0	64.087	13

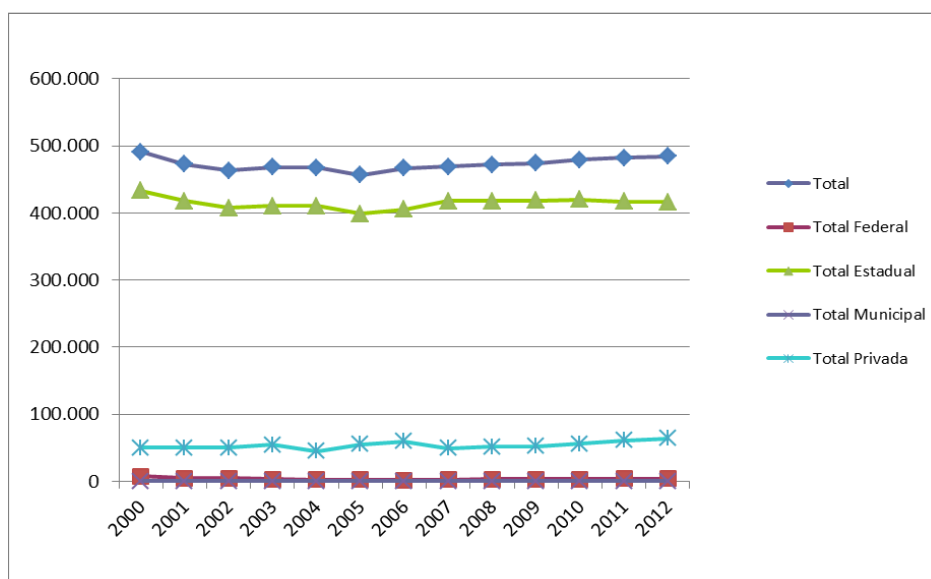
FONTE: MEC/INEP

Com relação à oferta do Ensino Médio no Estado do Paraná pelo setor privado verifica-se um aumento de matrículas nessa esfera administrativa. Considerando que no ano de 2000 foram registradas 50.067 matrículas pelo setor privado e no ano de 2012, 64.087 matrículas, o que corresponde a um aumento de 28%, enquanto que a Rede Estadual apresenta no mesmo período um decréscimo de aproximadamente 4% é possível concluir que esse aumento foi considerável e extremamente significativo para esse setor.

A Rede Federal, por sua vez, apresentou uma queda de 46% na oferta de matrículas nessa etapa de ensino.

No gráfico 2 é possível visualizar que no Estado no Paraná a evolução das matrículas no Ensino Médio se configurou de forma diferente da do Brasil, pois, enquanto no país o número total de matrículas aumentava progressivamente entre os anos de 2000 a 2004, no Paraná elas caíam e, quando a partir de 2005 as matrículas começaram a cair no Brasil, no estado elas começaram a subir levemente. No entanto, é importante destacar que no Paraná, nesse período o ano com o maior número de matrículas no Ensino Médio foi o ano de 2000.

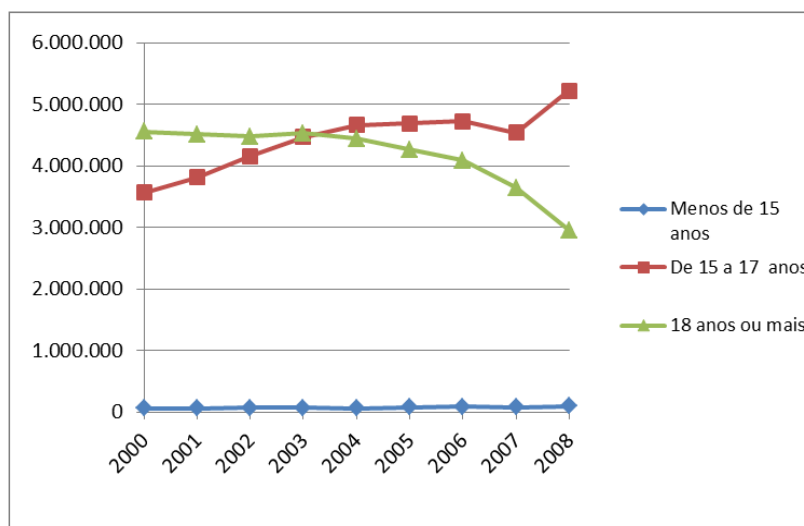
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA



FONTE: MEC/INEP

No que se refere à matrícula no Ensino Médio por faixa etária os gráficos 3 e 4 mostram que a partir do ano de 2000 começou a ocorrer no país e no Estado do Paraná uma queda no número de matrícula dos estudantes com idade igual ou superior a 18 anos.

GRÁFICO 3 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: MEC/INEP

No ano de 2000 mais de 55% do total das 8.192.948 matrículas do Ensino Médio no Brasil referiam-se a estudantes com idade acima de 18 anos. No ano de 2003 o percentual de matrículas de estudantes com idade de 15 a 17 anos e igual ou maiores de 18 anos praticamente se igualou, sendo registrado a partir de 2004 o aumento no número de matrículas dos estudantes na faixa etária adequada para o Ensino Médio, ou seja, dos 15 a 17 anos.

TABELA 3 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL POR FAIXA ETÁRIA

Ano	Menos de 15 anos	%	De 15 a 17 anos	%	Mais de 18 anos	%
2000	65.710	0,8%	3.565.240	43,5	4.561.998	55,7%
2001	65.482	0,8%	3.817.382	45,5	4.515.144	53,7%
2002	71.043	0,8%	4.161.691	47,8	4.477.850	51,4%
2003	73.160	0,8%	4.470.266	49,3	4.529.516	49,9%
2004	64.710	0,7%	4.660.419	50,8	4.444.228	48,5%
2005	81.887	0,9%	4.687.574	51,9	4.261.841	47,2%
2006	89.872	1,0%	4.723.399	53,0	4.093.549	46,0%
2007	82.266	1,0%	4.539.022	54,9	3.643.528	44,1%
2008	93.470	1,1%	5.222.019	63,1	2.956.670	35,8%

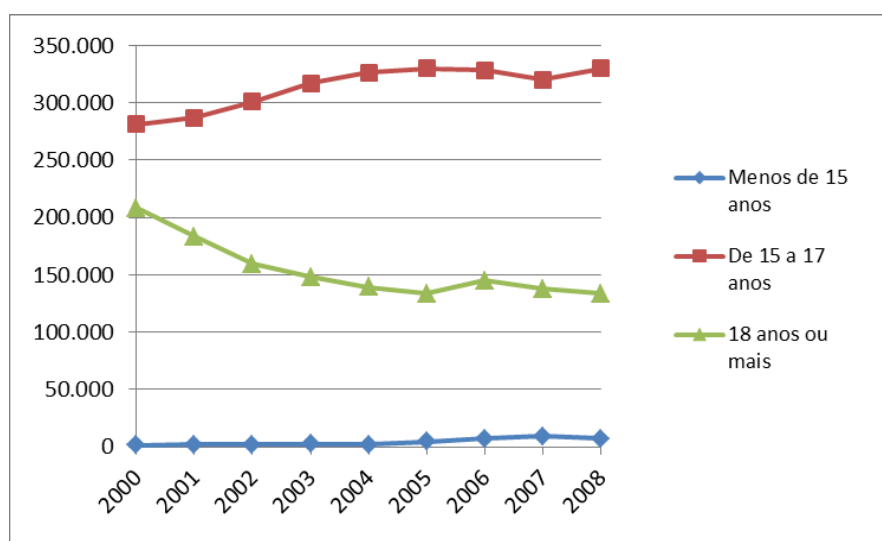
FONTE: MEC/INEP³

³ Não foram encontrados nas séries estatísticas do INEP de 2009 a 2012 os números matrículas no Ensino Médio por faixa etária.

Na tabela 3 observa-se que a queda de matrículas de estudantes com 18 anos ou mais no Ensino Médio no Brasil foi de aproximadamente 20%. No entanto, mesmo ocorrendo uma significativa porcentagem de adequação da faixa etária dos estudantes dessa etapa de ensino que passou de 43,5% de matrículas de estudantes de 15 a 17 anos no ano de 2000 para 63,1% do total de estudantes nesse mesma faixa etária no ano de 2008, observa-se que em 2008 o país ainda possuía um percentual alto de estudantes no Ensino Médio fora da faixa etária adequada, ou seja, aproximadamente 36%.

O gráfico 4 mostra que os dados do Paraná com relação ao número de matrículas no Ensino Médio por faixa etária são mais favoráveis que os do Brasil.

GRÁFICO 4 - NÚMERO DE MATRÍCULA NO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: MEC/INEP

No ano de 2008 foi registrado no Estado do Paraná 70,1% de matrículas no Ensino Médio na faixa etária de 15 a 17 anos. Porém, quando analisa-se o percentual de queda no número de matrículas na faixa etária igual ou superior a 18 anos observa-se que a queda foi menor do que a registrada no Brasil, pois no ano de 2000 esse percentual era de 42,4% e em 2008 foi de 28,4%, ou seja, uma queda de 14%.

Com relação ao número de matrículas por série, assim, como nas demais etapas de ensino verifica-se que tanto no Brasil quanto no Paraná estas vão decaindo gradativamente ao longo das séries.

Outro indicador importante para que se possa compreender como está sendo o acesso ao Ensino é a taxa de atendimento escolar por grupo etário. De acordo com o Ministério da Educação (2006) esse indicador “capta a proporção da população em uma determinada faixa etária que frequenta escola, podendo avaliar a capacidade do sistema de ensino de manter as crianças e adolescentes nas escolas”. (MEC, 2006, p.60)

Na tabela 4 é possível observar que entre os anos de 2002 e 2011 houve um pequeno aumento de aproximadamente 2% na taxa de atendimento dos jovens entre 15 e 17 anos⁴. Observa-se também, que o ano de 2010 apresentou a maior taxa dos últimos 10 anos, totalizando 83,3% do atendimento dos jovens nessa faixa etária.

TABELA 4 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E LÍQUIDA DO ENSINO MÉDIO E TAXA DE ATENDIMENTO DOS 15 AOS 17 ANOS NO BRASIL⁵

Ano	Taxa de Escolarização Ensino Médio BR %		Taxa de Atendimento BR %
	Bruta	Líquida	15 a 17 anos
2002	75,9%	40,0%	78,8%
2003	81,1%	43,1%	79,7%
2004	81,4%	44,4%	79,2%
2005	80,7%	45,3%	79,0%
2006	82,2%	47,1%	79,0%
2007	82,6%	48,0%	79,1%
2008	85,5%	50,4%	81,3%
2009	83,0%	50,9%	82,2%
2010	-----	-----	83,3%
2011	82,2%	51,6%	80,6%

FONTE: MEC/INEP/IBGE

NOTA⁶:

Taxa de escolarização bruta: Este indicador é dado pela razão entre as matrículas em um determinado nível de ensino e a população em idade adequada para cursar tal nível.

Taxa de escolarização líquida: corresponde à razão entre as matrículas das pessoas em idade adequada para estar cursando um determinado nível e a população total na mesma idade, ou seja, indica a porcentagem da população na faixa etária que está matriculada no nível de ensino adequado.

⁴ Faixa etária considerada adequada para o Ensino Médio.

⁵ As informações referentes a 2010 não foram encontradas.

⁶ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Projeção Demográfica: Projeção de Matrículas, Taxas de Atendimento e Taxas de Transição; Indicadores do Censo Escolar (versão preliminar) Relatório de Diagnósticos Regional. Brasília. 2006. Vol. 3.

A tabela 4 mostra também a taxa de escolarização bruta e líquida do Ensino Médio no Brasil, sendo possível observar que, enquanto, a taxa de escolarização bruta subiu aproximadamente 6% no período compreendido de 2002 a 2011, a taxa de escolarização líquida registrou um aumento de 11,6% no mesmo período.

Com relação à taxa de escolarização bruta segundo documento do Ministério da Educação (2006) “como o numerador desta taxa é a matrícula total independente da idade, ela pode ser inflada devido ao grande número de alunos que se encontram fora da idade adequada de cursar determinado nível de ensino. A grande proporção de pessoas fora da faixa apropriada ocorre devido à entrada tardia na escola ou à repetência.” (MEC, 2006, p.60)

Isso é visível no Ensino Fundamental que em 2011 apresentou uma taxa de escolarização bruta de 106,9% no Brasil contra uma taxa de matrícula líquida de 91,9%.

Com relação ao Ensino Médio é possível identificar essa distorção quando observa-se que em 2011 esta etapa de ensino apresentou um percentual de 82,2% da taxa de escolarização bruta e 51,6% de taxa de escolarização líquida, assim, é possível identificar que aproximadamente 31% dos jovens que estavam no Ensino Médio nesse ano não estavam na faixa etária considerada adequada.

Na tabela 5 que apresenta a taxa de atendimento dos jovens de 15 a 17 anos no Estado do Paraná observa-se que nesse indicador esse ente federado apresenta índices menos favoráveis que no Brasil, pois em 2011, enquanto o Brasil chegou ao patamar de 80,6% do total de atendimento o Estado do Paraná apresentou a taxa de 78,8%. No ano de 2010, que foi o ano de melhor índice para as duas esferas o Paraná obteve uma taxa de atendimento de 80,7%, enquanto, o Brasil ficou em 83,3%.

TABELA 5 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO BRUTA E LÍQUIDA DO ENSINO MÉDIO E TAXA DE ATENDIMENTO DOS 15 AOS 17 ANOS NO PARANÁ⁷

Ano	Taxa de Escolarização Ensino Médio PR %		Taxa de Atendimento PR %
	Bruta	Líquida	15 a 17 anos
2002	75,0%	50,5%	73,8%
2003	81,2%	53,4%	76,4%
2004	75,1%	52,3%	75,1%
2005	75,8%	52,3%	74,9%

⁷ As informações referentes a 2010 e 2012 não foram encontradas.

2006	78,2%	52,8%	75,1%
2007	82,7%	57,1%	78,0%
2008	84,1%	57,9%	79,3%
2009	85,6%	59,5%	76,7%
2010	-----	-----	80,7%
2011	84,9%	58,5%	78,8%

FONTE: MEC/INEP/IBGE

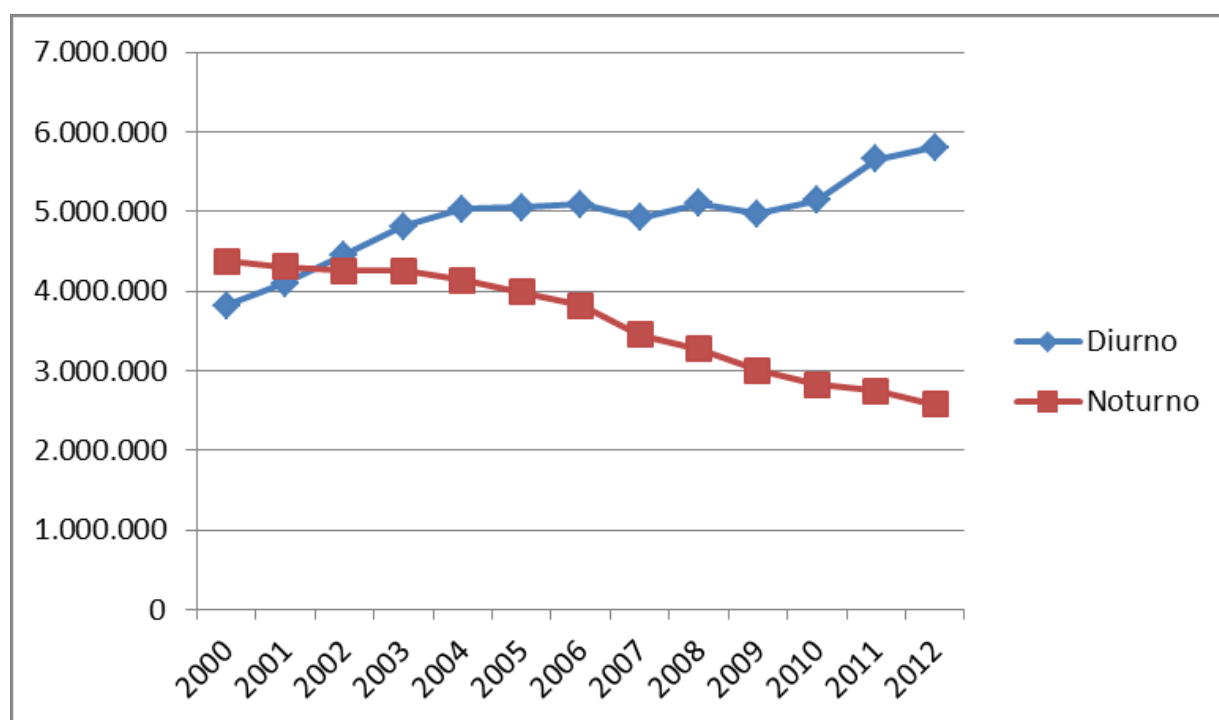
Com relação à taxa de escolarização bruta e líquida no Ensino Médio observa-se que o Paraná apresenta melhores índices, porém, muito aquém do almejado, pois o ideal seria ter a taxa de matrícula bruta e líquida de 100%, o que significaria que todos os jovens, na idade adequada estariam obtendo sucesso nessa etapa de escolarização. Esse panorama, entretanto, está longe dos quase 85% referente à taxa de escolarização bruta e quase 60% de taxa de escolarização líquida do Ensino Médio no estado do Paraná em 2011.

Nesse sentido conclui-se que dos 78,8% do total de jovens de 15 a 17 anos que estavam estudando no ano de 2011, apenas 58,5% estavam no Ensino Médio. Esse é um indicador muito importante para se pensar nas políticas públicas educacionais voltadas a essa etapa de ensino. Sendo importante problematizar em pesquisas futuras: onde estão os 21,2% dos jovens que não estão sendo atendidos pelo sistema educacional brasileiro? E os 20,3% que estão estudando e não estão no Ensino Médio? Que políticas estão sendo desenvolvidas tendo em vista resolver essa situação?

Nesse contexto verifica-se que, em praticamente uma década, o Estado do Paraná só conseguiu melhorar a taxa de matrícula líquida do Ensino Médio em 8%, o que representa uma média de aproximadamente 1% por ano. Assim, conclui-se que se continuar nesse ritmo serão necessários muitos anos para que todos os estudantes na faixa etária dos 15 a 17 anos estejam cursando adequadamente o Ensino Médio no Paraná.

No que se refere às matrículas por turno observa-se que no Brasil e no Paraná as matrículas no noturno caíram significativamente nos últimos anos.

GRÁFICO 5 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL POR TURNO

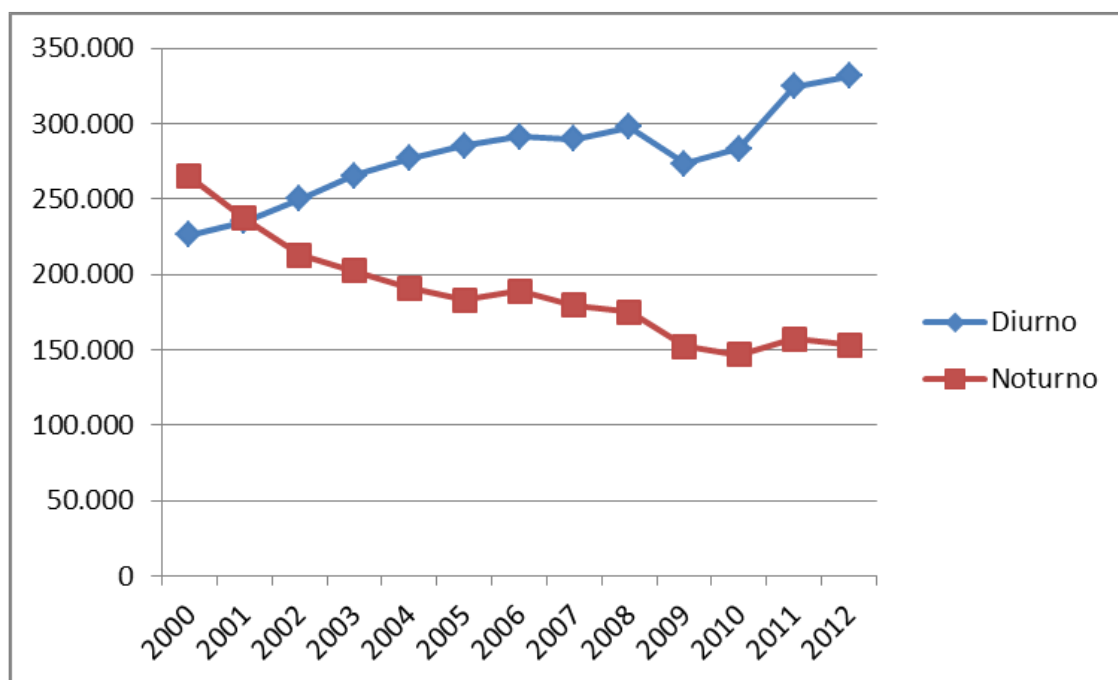


FONTE: MEC/INEP

Em 2000, o número de matrículas no Ensino Médio noturno representava 53% do total de matrículas nessa etapa de ensino, entretanto, conforme mostra o gráfico 5 a partir de 2002 iniciou no Brasil um aumento gradativo no número total de matrículas do Ensino Médio diurno. No ano de 2012, foram registradas 69% das matrículas no período diurno, ou seja, um aumento de 22% em comparação ao ano de 2000.

No gráfico 6 que mostra a evolução das matrículas por turno no Ensino Médio no Estado do Paraná verifica-se grande semelhança com o gráfico 5, que trata dessa mesma informação, porém relacionada aos indicadores do Brasil, ou seja, um decréscimo significativo nas matrículas no período noturno e crescente aumento nas matrículas do diurno.

GRÁFICO 6 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ POR TURNO



FONTE: MEC/INEP

A partir do gráfico 6 é possível identificar também que no de 2001 as matrículas no Ensino Médio do Paraná nos turnos diurno e noturno se igualam, sendo registrado a partir de 2002 uma queda expressiva do número de matrículas no noturno, nesse sentido às matrículas nessa etapa de ensino que no início da década era de 54% caiu para 32% em 2012, o que representou uma queda de 22%, mesmo percentual que o registrado nas matrículas do Brasil.

Esse movimento pode estar relacionado à progressiva adequação da faixa etária dos estudantes atendidos no Ensino Médio conforme mostram os gráficos 3 e 4, uma vez que o período noturno é historicamente destinado as pessoas com mais idade e aos estudantes trabalhadores.

A Expansão da oferta de Ensino Médio diurno nas escolas estaduais do Paraná é um elemento de grande importância quando se analisa as políticas públicas voltadas ao acesso e a permanência ao Ensino Médio, tanto que essa foi uma das pouquíssimas propostas de Governo apresentada pelo atual Governador do Estado do Paraná Beto Richa no seu Plano de Governo para os anos de 2011 a 2014⁸, especificamente voltada ao Ensino Médio.

⁸ Metas de Governo – Governador Beto Richa. Disponível em: <http://www.seeg.pr.gov.br/arquivos/File/MDG20112014.pdf>. Acesso em 18/11/2013.

É relevante salientar, também, que o aumento que vem ocorrendo de forma significativa nos últimos anos no número de matrículas no Ensino Médio diurno também está relacionado ao aumento do número de estabelecimentos de ensino que passaram a ofertar essa etapa de ensino no período de 2000 a 2012.

Conforme mostra a tabela 6 houve um aumento de quase 39,61% entre o número de estabelecimentos que ofertavam o Ensino Médio no Brasil no ano de 2000 e em 2012. No Paraná esse aumento foi de 59,27%, ou seja, um total de 700 instituições.

TABELA 6 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MÉDIO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Ano	BRASIL					PARANÁ				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2.000	19.456	164	11.977	1.086	6.229	1.181	8	935	1	237
2.001	20.220	162	12.807	947	6.304	1.204	8	951	0	245
2.002	21.304	165	13.758	848	6.533	1.272	9	993	0	270
2.003	21.980	158	14.323	831	6.668	1.331	8	1.034	0	289
2.004	22.918	157	15.198	793	6.770	1.398	8	1.093	1	296
2.005	23.561	161	15.637	772	6.991	1.454	8	1.134	1	311
2.006	24.131	162	16.078	832	7.059	1.529	7	1.187	0	335
2.007	24.266	174	16.638	764	6.690	1.585	10	1.240	0	335
2.008	25.389	199	17.342	652	7.196	1.662	10	1.296	0	356
2.009	25.923	217	17.730	561	7.415	1.713	12	1.340	0	361
2.010	26.497	249	18.150	485	7.613	1.788	12	1.391	0	385
2.011	26.944	328	18.381	444	7.791	1.832	12	1.425	0	395
2.012	27.164	364	18.523	392	7.885	1.881	21	1.454	0	406

FONTE: MEC/INEP

Analisando especificamente os estabelecimentos da Rede Estadual de ensino do Paraná verifica-se um aumento de 519 escolas, o que representa um percentual de aumento de 55,5%. Na Rede Privada de ensino o aumento foi de 169 escolas, representando 71,3%. A Rede Federal, por sua vez, passou de 8 instituições de ensino que ofertavam o Ensino Médio no Paraná no ano de 2000 para 21 em 2012.

O aumento significativo no número de estabelecimentos que passaram a ofertar o Ensino Médio na Rede Privada corresponde ao aumento ocorrido no número de matrículas nessa esfera administrativa que conforme já mencionado foi

de 28% considerando os anos de 2000 a 2012 o que corresponde a um total de 64.087 matrículas.

Sobre o aumento no número de estabelecimentos de ensino que passaram a oferta o Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino do Paraná, Ramos, 2013 destaca que

[...] segundo os dados da própria SEED, nesse período, não foram criados estabelecimentos novos só com a oferta do ensino médio, mas, sim, foram abertas turmas de ensino médio nos estabelecimentos já existentes que ofertavam apenas o ensino fundamental. Muitas dessas turmas foram abertas graças ao fechamento de turmas dos anos iniciais do ensino fundamental [...] (RAMOS, 2013, p. 95)

A autora destaca ainda que o fechamento das turmas dos anos iniciais aconteceu devido ao processo de municipalização dessa etapa de ensino que no Paraná só se efetivou totalmente em 2006.

2.2 CONDIÇÕES PARA PERMANÊNCIA NO ENSINO MÉDIO

Uma importante política pública para garantir o acesso e a permanência dos estudantes no Ensino Médio refere-se ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNTE) o qual foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do Ensino Fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Com a publicação da Medida Provisória 455/2009, transformada na Lei nº 11.947, de 16 de junho do mesmo ano, o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Médio residentes em áreas rurais.

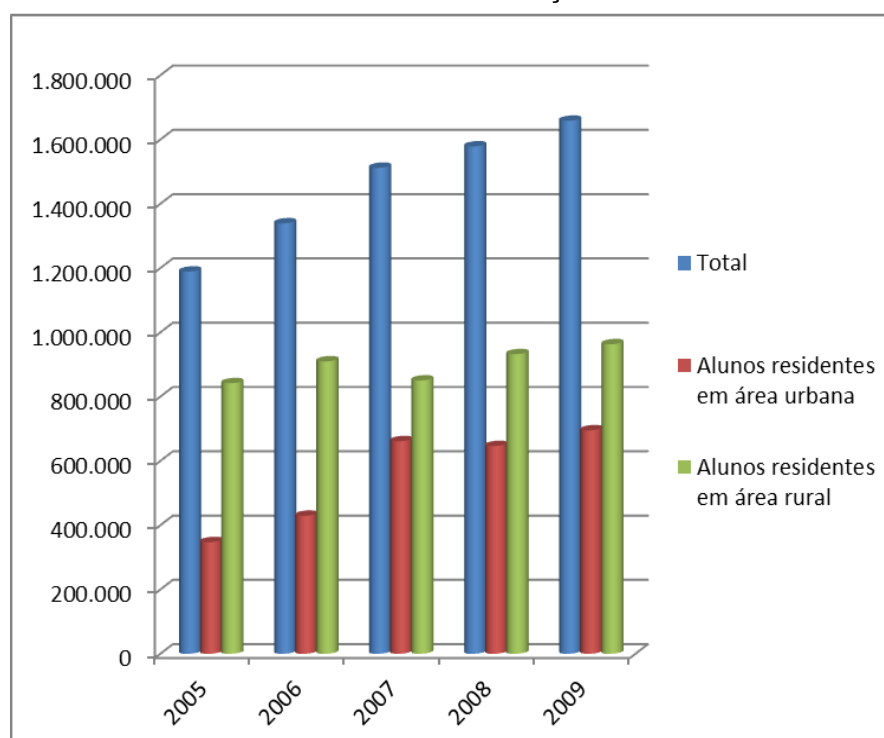
Para além do programa federal existe também o programa estadual de Transporte Escolar.

No ano de 2009 no Brasil, 8.098.191 estudantes da Educação Básica utilizavam o transporte escolar oferecido pelo Poder Público Estadual e Municipal. Destes 20,48% eram alunos de Ensino Médio.

No gráfico 7 é possível visualizar que houve um aumento significativo no número de estudantes que utilizavam esse meio de transporte entre os anos de 2005 a 2009. Vale ressaltar que esse aumento foi impulsionado, principalmente pelo número de alunos residentes em área urbana.

Nessa perspectiva verifica-se que o programa do Transporte Escolar que foi idealizado objetivando o transporte dos estudantes residentes nos espaços rurais expandiu em grande proporção para os estudantes residentes em espaços urbanos. Assim, pode-se elaborar a hipótese de que os estabelecimentos de ensino não estão próximos das comunidades escolares.

GRÁFICO 7 - NÚMERO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO QUE UTILIZAM O TRANSPORTE ESCOLAR NO BRASIL POR LOCALIZAÇÃO



FONTE: MEC/INEP

A tabela 7 que apresenta informações complementares as do gráfico 7 mostra que no ano de 2009 foram registrados 469.312 estudantes a mais que utilizavam o transporte escolar no Ensino Médio no Brasil do que no ano de 2005, o que corresponde a um aumento de quase 40%.

TABELA 7 - NÚMERO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO QUE UTILIZAM O TRANSPORTE ESCOLAR NO BRASIL POR LOCALIZAÇÃO

Ano	Total	Área urbana	%	Área rural	%
2.005	1.189.210	347.288	29,2	841.922	70,8
2.006	1.339.314	429.434	32,1	909.880	69,9

2.007	1.512.092	661.616	43,8	850.476	56,2
2.008	1.578.743	646.420	41	932.323	59
2.009	1.658.522	695.409	41,2	963.113	58,8

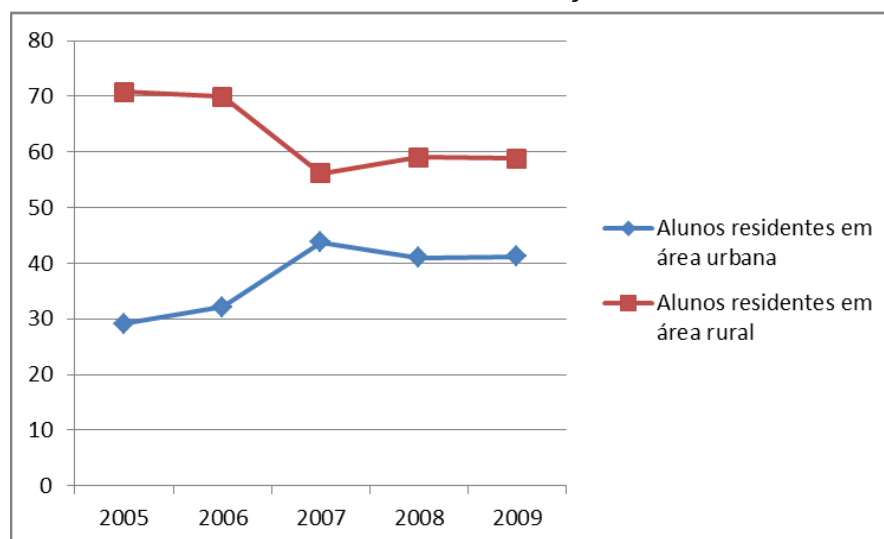
FONTE: MEC/INEP

Observa-se, também, que no ano de 2005, apenas 29,2% do total de estudantes que utilizavam esse meio de transporte residiam em área urbana. Esse percentual, no ano de 2009, passou para 41,2%, registrando, assim, um aumento de 12%.

A tabela 7 mostra, também, que no ano de 2009 aproximadamente um milhão de estudantes residentes em área rural do Brasil utilizavam o transporte escolar. Em comparação aos números registrados em 2005 observa-se que ocorreu um aumento de 14,46%, no entanto, esse aumento foi bem menor do que o de 39,46% relacionado ao número de estudante que residiam na área urbana⁹.

Nesse sentido, no gráfico 8 é possível observar que no Brasil, nos últimos anos está diminuindo significativamente a diferença entre o número de estudantes do Ensino Médio que residem em área urbana e estudantes que residem em área rural e que utilizam o transporte escolar.

GRÁFICO 8 - NÚMERO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO QUE UTILIZAM O TRANSPORTE ESCOLAR NO BRASIL POR LOCALIZAÇÃO



FONTE: MEC/INEP

⁹ Se compararmos os dados de estudantes que residiam em área rural e que utilizavam o transporte escolar com os números de 2009 observa-se um aumento de 61,43%. No entanto, é importante registrar, que existe limite para as análises relacionadas a oferta do transporte escolar nos anos anteriores a 2005, uma vez que não há registros de dados relacionados a oferta desse meio de transporte para os estudantes de área urbana.

Com relação ao Estado do Paraná observamos que os estudantes do Ensino Médio representavam um percentual de quase 19% no total de alunos da Educação Básica que dependiam do transporte escolar para ter o seu direito de estudar garantido.

A partir da tabela 8 é possível observar, também, que entre os anos de 2005 e 2009 ocorreu uma pequena queda de aproximadamente 1.000 estudantes da Educação Básica que utilizavam esse meio transporte, enquanto, que no mesmo período é registrado um aumento de 6.728 alunos no Ensino Médio que utilizavam o transporte escolar.

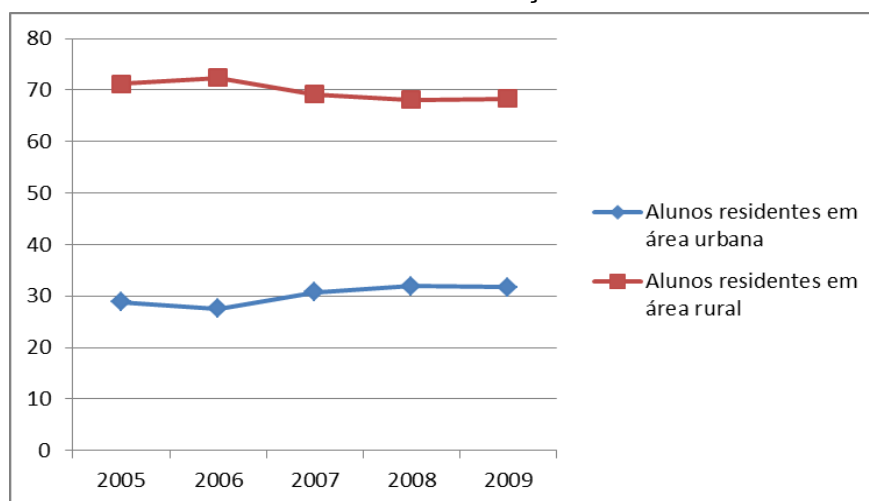
TABELA 8 - NÚMERO DE ALUNOS QUE UTILIZAM O TRANSPORTE ESCOLAR NO ESTADO DO PARANÁ

Ano	Educação Básica	Ensino Médio	%
2005	491.654	85.937	17,47
2006	475.339	88.883	18,69
2007	509.644	92.665	18,18
2008	494.121	91.569	18,53
2009	490.56	92.889	18,93

Fonte: MEC/INEP

Diferentemente dos dados apresentados no Brasil o gráfico 9 mostra que no Estado do Paraná os estudantes residentes em área rural continuam representando aproximadamente 70% dos alunos beneficiários do transporte escolar ofertado pelo Poder Público Estadual e Municipal.

GRÁFICO 9 - NÚMERO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO QUE UTILIZAM O TRANSPORTE ESCOLAR NO PARANÁ POR LOCALIZAÇÃO



FONTE: MEC/INEP

2.3 CONDIÇÕES DE SUCESSO ESCOLAR

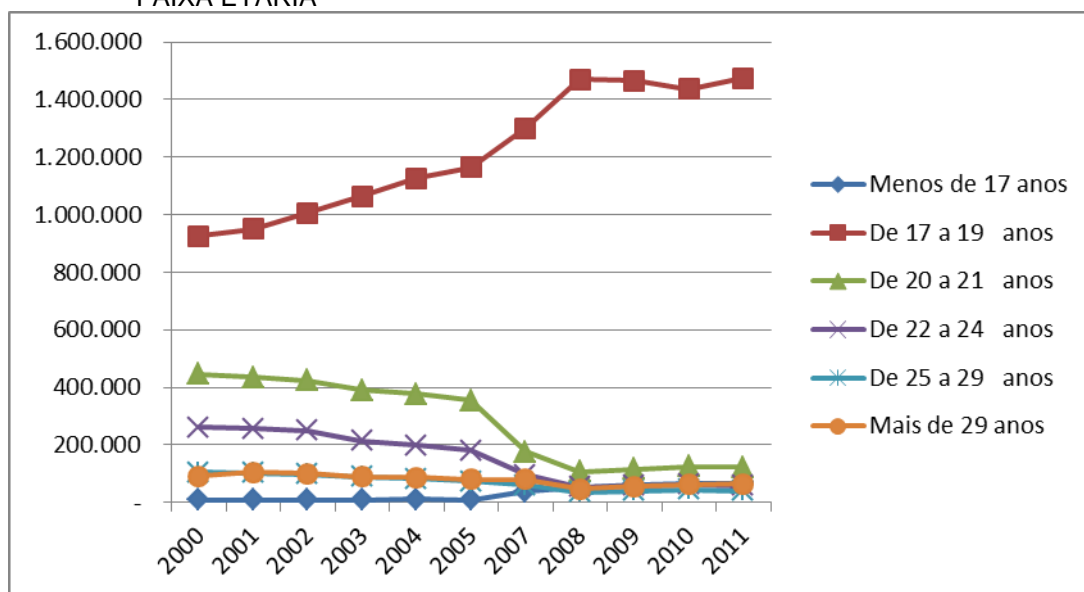
Um importante elemento para a garantia de uma educação de qualidade refere-se à formação dos docentes. Nessa perspectiva os dados do Inep mostram que no ano de 2012 havia no Brasil um total de 497.797 professores que atuava no Ensino Médio. Desse total 95,4% possuíam o Ensino Superior e 85,6% dos que possuíam essa escolaridade tinham licenciatura.

O Estado do Paraná, no mesmo período, apresentou melhores índices nesse indicador, pois dos 35.521 professores que atuavam no Ensino médio, 99,6% tinha nível superior, e destes 89,15% possuía licenciatura.

No entanto, quando comparamos os dados do Brasil e do Paraná referente a escolaridade do professor que atuava no Ensino Médio no ano de 2000 e no ano de 2012, observa-se que o Brasil mostra um avanço muito mais significativo, pois a pouco mais de uma década o país tinha mais de 11,42% dos seus docentes com o mesmo nível de escolaridade no qual lecionavam. No Paraná, no ano de 2000, aproximadamente 96,83% dos professores já possuíam nível superior, no entanto, por falta de registro de dados não é possível identificar o percentual de professores que possuíam licenciatura nessa época.

No que se refere à faixa etária dos alunos que concluíram o Ensino Médio no Brasil o gráfico 10 mostra que houve um aumento significativo no número de estudantes que passaram a concluir essa etapa de ensino na faixa etária de 17 a 19 anos.

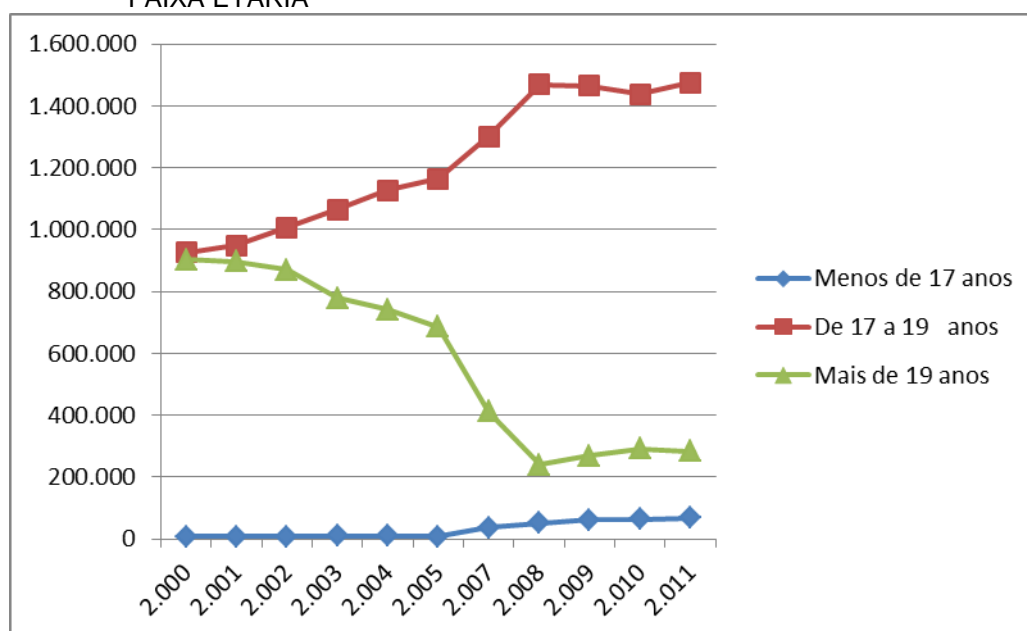
GRÁFICO 10 – NÚMERO DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO NO BRASIL POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: MEC/INEP

Quando agruparmos as categorias de faixa etária em apenas três delas, ou seja, alunos com menos de 17 anos, alunos de 17 a 19 anos e alunos com mais de 19 anos, como no gráfico 11 fica mais evidente esse movimento de correção da faixa etária de conclusão dos estudantes no Ensino Médio.

GRÁFICO 11 - NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: MEC/INEP

O gráfico 11 mostra a queda significativa que ocorreu com relação ao número de estudantes com mais de 19 anos que concluíram o Ensino Médio de 2000 a 2011

e o aumento na mesma proporção no número de estudantes na faixa etária dos 17 a 19 anos que concluíram essa etapa de ensino no mesmo período.

Na tabela 9 é possível identificar que no ano de 2.000, aproximadamente 50% dos estudantes que concluíram o Ensino Médio no Brasil tinham mais de 19 anos, depois de uma década esse percentual caiu para 15,5%, em contrapartida o número de estudantes que concluiu o Ensino Médio na faixa etária dos 17 anos a 19 anos passou de 50,4,8% para 80,8% no mesmo período.

TABELA 9 - NÚMERO DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO NO BRASIL POR FAIXA ETÁRIA

Ano	Total	Menos de 17 anos	%	De 17 a 19 anos	%	Mais de 19 anos	%
2.000	1.836.130	7.973	0,50%	925.817	50,40%	902.340	49,10%
2.001	1.855.419	8.068	0,40%	949.622	51,20%	897.729	48,40%
2.002	1.884.874	8.323	0,40%	1.006.006	53,40%	870.545	46,20%
2.003	1.851.834	9.108	0,50%	1.064.245	57,50%	778.481	42,00%
2.004	1.879.044	9.620	0,50%	1.127.275	60,00%	742.149	39,50%
2.005	1.858.615	8.827	0,50%	1.163.883	62,60%	685.905	36,90%
2.006	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2.007	1.749.731	37.617	2,20%	1.300.229	74,30%	411.885	23,50%
2.008	1.761.425	51.376	2,90%	1.469.027	83,40%	241.022	13,70%
2.009	1.797.434	62.099	3,50%	1.465.616	81,50%	269.719	15,00%
2.010	1.793.167	63.310	3,50%	1.437.477	80,20%	292.380	16,30%
2.011	1.825.980	67.107	3,70%	1.475.245	80,80%	283.628	15,50%

FONTE: MEC/INEP

No Estado do Paraná os dados apresentados são melhores, ainda, no que se refere a correção da faixa etária de conclusão dos estudantes.

Na tabela 9 é possível identificar que o percentual de estudantes que concluíram o Ensino Médio na faixa etária dos 17 a 19 anos no ano de 2000 foi de 64,8% e passou para 87% no ano de 2011, sendo 4,2% dos estudantes concluintes dessa etapa de ensino com menos de 17 anos e 8,8% com mais de 19 anos.

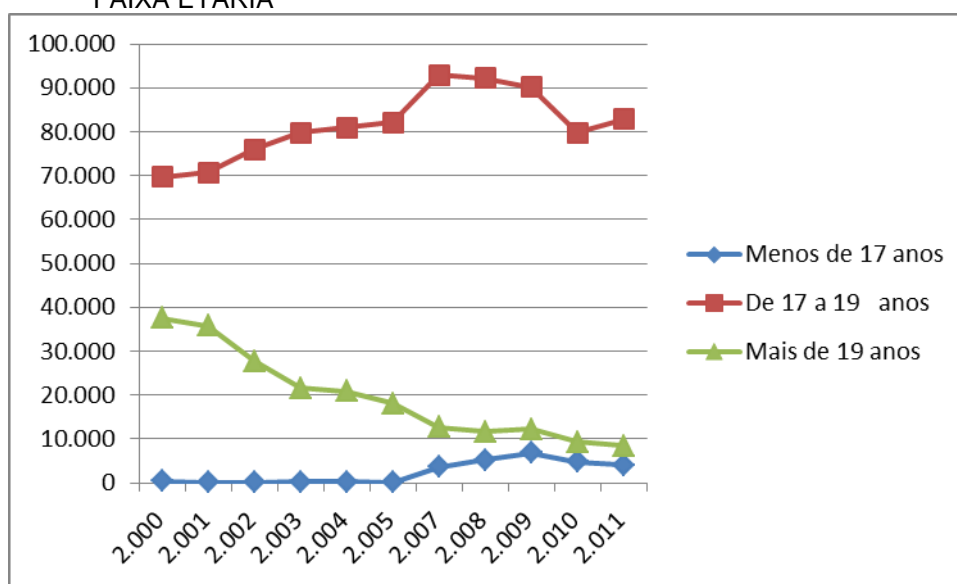
TABELA 10 - NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ POR FAIXA ETÁRIA¹⁰

Ano	Total	Menos de 17 anos	%	De 17 a 19 anos	%	Mais de 19 anos	%
2.000	107.512	367	0,3%	69.671	64,80%	37.474	34,9%
2.001	106.456	52	0,5%	70.699	66,4%	35.705	33,5%
2.002	103.685	71	0,1%	75.936	73,2%	27.678	26,7%
2.003	101.739	286	0,3%	79.854	78,5%	21.599	21,2%
2.004	102.130	260	0,3%	81.016	79,3%	20.854	20,4%
2.005	100.418	147	0,1%	82.193	81,9%	18.078	18,0%
2.006	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----
2.007	109.197	3.526	3,2%	92.998	85,2%	12.673	11,6%
2.008	108.924	5.161	4,8%	92.201	84,6%	11.562	10,6%
2.009	109.192	6.754	6,1%	90.227	82,7%	12.211	11,2%
2.010	93.953	4.768	5,4%	79.836	85,0%	9.349	9,6%
2.011	95.206	4.032	4,2%	82.828	87,0%	8.346	8,8%

FONTE: MEC/INEP

O gráfico 12, permite visualizar como ocorreu a queda do número de alunos concluintes do Ensino Médio com idade acima de 19 e o aumento no número de estudantes concluintes dessa etapa de ensino com idade entre 17 e 19 anos. É importante ressaltar que a queda no percentual de estudantes com mais de 19 anos de 2000 a 2011 foi de 26,1%, uma diferença considerável, mas menor do que a diferença do Brasil que foi de 33,6%.

GRÁFICO 12 - NÚMERO DE ALUNOS CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ POR FAIXA ETÁRIA



FONTE: MEC/INEP

¹⁰ Os dados de 2006 e 2012 não foram encontrados.

Com relação às taxas de aprovação no Ensino Médio no Brasil a tabela 10 mostra que houve um pequeno aumento no percentual registrado em 2011 em comparação com 2007, tanto no Brasil como no Estado do Paraná.

Como nos outros dados relacionados a essa etapa de ensino é possível observar que as taxas de aprovação do Paraná apresentaram estabilidade de 2007 a 2011 sendo um pouco melhores que no Brasil em todos os anos analisados. Sendo que os menores índices de aprovação estão nas 1ª séries.

TABELA 11 - TAXA DE APROVAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NO PARANÁ POR SÉRIE

Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Não-Seriada
Brasil						
2007	74,1	67,1	76,2	81,8	89,8	75,7
2008	74,9	67,8	76,8	82,9	89,8	75,8
2009	75,9	68,6	78,1	84,2	90,6	77,2
2010	77,2	70,3	79,3	85,3	88,8	79,6
2011	77,4	70,2	79,4	85,5	88,3	79,4
Paraná						
2007	79,7	72,6	81,6	87,2	96,8	94
2008	78,2	71,1	79,3	85,8	94,4	97,8
2009	80,6	74,2	81,8	87,5	94,4	98,2
2010	81,6	76	82,8	88,1	92,9	98
2011	81,4	74,9	82,7	88,3	92,9	98

Fonte: MEC/INEP

A partir da análise dos dados da tabela 11 que mostra a taxa de reprovação no Ensino Médio no Brasil e no Paraná é possível constatar que a reprovação não está diminuindo, pelo contrário, verifica-se que no ano de 2011 houve um pequeno aumento nas duas esferas administrativas. Observa-se, também, que a 1ª série é a que mais reprova alunos e que o percentual de reprovação vai diminuindo gradativamente nas séries seguintes.

TABELA 12 - TAXA DE REPROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NO PARANÁ

Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Não-Seriada
Brasil						
2007	12,7	16,4	11,4	8,8	3,7	11,2
2008	12,3	16,3	11,1	7,8	3,6	10,4
2009	12,6	17,3	11,3	7,4	3,4	9,2
2010	12,5	17,2	11,1	7,1	4,9	8,8

2011	13,1	18	11,8	7,5	4,2	10
Paraná						
2007	11,3	15,9	10	6,3	1,6	5,3
2008	11,5	16,3	10,6	6,4	2,8	0,6
2009	11,1	15,9	10	6	3,1	0,5
2010	11,7	16,1	10,7	6,7	3,9	1,2
2011	12,6	17,8	11,6	7,1	3,6	1,2

FONTE: MEC/INEP

Sobre as consequências da não conclusão do Ensino Médio pelos estudantes na Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira foi apontado a maior vulnerabilidade dos jovens que não concluíram o Ensino Médio com relação ao acesso às oportunidades de qualificação adicional e de emprego estável.

Segundo o documento esses jovens

[...] vivenciam maiores chances de desemprego ou de desemprego de longo prazo e por períodos recorrentes. Também sofrem com empregos instáveis, inseguros e de baixa remuneração. O acréscimo da experiência no mercado de trabalho não compensa suas baixas qualificações iniciais, gerando efeitos negativos de longo prazo. (IBGE, 2012 p. 116).

Com relação ao abandono no Ensino Médio à tabela 12 mostra que houve uma diminuição nessas taxas no Brasil e no Paraná.

No Brasil entre os anos de 2007 e 2011 foi registrada uma queda de 3,7% no total de abandono dos alunos, enquanto que no Paraná a queda foi de 3%, porém, mesmo o Paraná apresentando um percentual de queda menor do que no Brasil, observa-se que esse estado apresenta um número bem menor de abandono.

TABELA 13 - TAXA DE ABANDONO NO ENSINO MÉDIO NO BRASIL E NO PARANÁ

Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	Não-Seriada
Brasil						
2007	13,2	16,5	12,4	9,4	6,5	13,1
2008	12,8	15,9	12,1	9,3	6,6	13,8
2009	11,5	14,1	10,6	8,4	6	13,6
2010	10,3	12,5	9,6	7,6	6,3	11,6
2011	9,5	11,8	8,8	7	7,5	10,6
Paraná						
2007	9	11,5	8,4	6,5	1,6	0,7
2008	10,3	12,6	10,1	7,8	2,8	1,6
2009	8,3	9,9	8,2	6,5	2,5	1,3
2010	6,7	7,9	6,5	5,2	3,2	0,8

2011	6	7,3	5,7	4,6	3,5	0,8
------	---	-----	-----	-----	-----	-----

FONTE: MEC/INEP

Com relação ao desempenho dos Estudantes do Ensino Médio nas avaliações padronizadas é importante destacar que esta etapa de ensino está longe de obter resultados satisfatórios.

Em 2007 objetivando mensurar como estava ocorrendo a aprendizagem e o fluxo de estudantes na Educação Básica o Ministério da Educação criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Esse indicador é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Inep.

Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar e as médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil (para IDEBs de escolas e municípios) e do Saeb (no caso dos IDEBs dos estados e nacional).

Nesse sentido o IDEB “agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.” (BRASIL, INEP 2013)¹¹

Conforme mostra a tabela 10 no ano de 2011 o Brasil obteve a média total de 3.7 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sendo, um índice de 3.4 na rede estadual e 5.7 na rede privada.

TABELA 14 – IDEB									
DADOS IDEB – BRASIL									
IDEB observado					Metas projetadas				
Ano	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.4	3.5	3.7	4.2	5.2
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.9	4.9
Privado	5.6	5.6	5.6	5.7	5.6	5.7	5.7	6.3	7.0
DADOS IDEB – PARANÁ									
IDEB observado					Metas projetadas				
Ano	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.6	4.0	4.2	4.0	3.6	3.7	3.9	4.2	5.4
Estadual	3.3	3.7	3.9	3.7	3.3	3.4	3.6	3.9	5.1
Privado	5.8	6.1	6.1	6.1	5.8	5.9	6.1	6.3	7.2

FONTE: MEC/INEP

¹¹ Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>. Acesso em 15/11/2013.

No Paraná os índices de 2011 foram um pouco melhor, mas também muito aquém do que o que seria adequado, registrando 0.3 pontos a mais do que o Brasil.

Kuenzer (2010) explica que no Ensino Médio a qualidade é medida oficialmente por dois indicadores. Um refere-se ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o outro ao Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB). A Autora destaca, ainda, que embora possam ser discutíveis, do ponto de vista da concepção de avaliação adotada pelos docentes e especialistas comprometidos com a qualidade da educação para os que vivem do trabalho, os resultados desses índices mostram a desqualificação da oferta e do descaso do setor público com o Ensino Médio, haja vista, os resultados obtidos pelos estudantes nesses exames. (KUENZER, 2010, p. 11)

É importante considerar, entretanto, que o sucesso escolar está diretamente relacionado à qualidade do ensino ofertado. No entanto essa qualidade não pode ser reduzida a análise do IDEB.

De acordo com Araujo e Oliveira (2005, p. 5) “o direito a educação abrange a garantia não só do acesso e permanência” do estudante na etapa de ensino na qual ele está cursando, mas também a garantia de padrão de qualidade “como um dos princípios segundo o qual se estruturará o ensino”.

Para os autores é necessário que se transforme o padrão de qualidade para todos em parte do direito público e subjetivo à educação fundamental. (ARAUJO, OLIVEIRA, 2005).

Assim, ressalta-se que com a obrigatoriedade do ensino dos 4 aos 17 anos que se estenda essa transformação para todas as etapas de ensino consideradas como obrigatórias.

Araujo e Oliveira (2005) analisa a qualidade de ensino a partir de três formas distintas.

Na primeira, a qualidade determinada pela oferta insuficiente; na segunda, a qualidade percebida pelas disfunções no fluxo ao longo do ensino fundamental; e na terceira, por meio da generalização de sistemas de avaliação baseados em testes padronizados. (ARAUJO; OLIVEIRA, 2005, p. 6)

Nessa perspectiva é possível identificar a partir dos dados apresentados nessa pesquisa que houve um esforço por parte do poder público para garantir a oferta com progressiva universalização do Ensino Médio, assim, como ocorreu na

última década uma melhora importante no fluxo nessa etapa de ensino, tanto no Brasil quanto no Paraná, no entanto, percebe-se que com relação ao desempenho dos estudantes nos testes de larga escala os resultados alcançados estão longe do esperado.

3 POLÍTICAS PARA UNIVERSALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO DO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ

O objetivo desse capítulo é apresentar quais as principais políticas e programas estruturados no Estado do Paraná voltados para ao acesso, permanência e sucesso escolar dos alunos no Ensino Médio no período compreendido de 2000 a 2012.

No capítulo será analisada a versão preliminar do Plano Estadual de Educação do Paraná, problematizando os objetivos e metas estabelecidas para o Ensino Médio as quais foram discutidas coletivamente no período de 2003 a 2006. Optou-se por analisar o Plano Estadual de Educação do Paraná (PEE/PR), mesmo ele não tendo sido aprovado, pois os planos estaduais de educação são defendidos como importante instrumento de construção de política pública de estado.

Para fundamentar algumas das análises aqui desenvolvidas serão utilizadas, também, algumas das reflexões desenvolvidas por Edna Amancio de Souza Ramos (2013) a qual realizou uma importante pesquisa de mestrado intitulada “Tensões entre MEC e SEED/PR: uma análise a partir do Programa Ensino Médio Inovador”.

A pesquisadora de forma clara e precisa apresentou historicamente como se configuraram as políticas educacionais no Paraná mostrando como ocorreu a articulação de importantes programas do Governo Federal e do Governo Estadual como, por exemplo, o Programa do Ensino médio Inovador (PROEMI) e o Ensino Médio Organizado por Blocos de Disciplinas Semestrais. Essa pesquisa nos possibilitou uma melhor compreensão de como se configuraram no estado as políticas públicas educacionais voltadas à última etapa de ensino da Educação Básica.

Com relação ao Estado do Paraná vale destacar que no ano de 2012 foram registradas 2.628.557 matrículas na Educação Básica. Dessas 484.607 correspondiam ao Ensino Médio, sendo que 86% eram matrículas na Rede Estadual de Ensino.

Na Rede Estadual as duas principais políticas públicas implantadas ao longo das três últimas gestões direcionadas a essa etapa de ensino foram: o Ensino Médio por Bloco, construção das Diretrizes Curriculares Estaduais e o Ensino Médio Inovador (Programa do Governo Federal).

De acordo com os dados apresentados pela Secretaria de Estado da Educação no Encontro Pedagógico do Ensino Médio do Estado do Paraná, realizado em Curitiba de 19 a 21 de agosto de 2013¹², no qual participaram professores, pedagogos e diretores da Rede Estadual de Ensino, o estado possui hoje 317 escolas que ofertam o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas, considerando o total de 1.448 escolas estaduais que ofertam o Ensino Médio, é possível identificar que aproximadamente 22% desses estabelecimentos ofertam o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas. O número total de matrículas nessa forma de organização é de 95.630 o que corresponde a 27% do total de 355.354 matrículas registradas nesse período. Já o Ensino Médio Inovador apresenta percentuais mais tímidos, sendo contemplado em 93 escolas estaduais o que representa 6,4% dos estabelecimentos de ensino e atende a 6.322 alunos, atendendo, portanto, apenas 1,8% do total de estudantes matriculados no Ensino Médio no Estado do Paraná no ano de 2013.

Assim, é possível identificar que o Ensino Médio Inovador apesar de ser considerado nacionalmente como um importante programa para a garantia do acesso, permanência e sucesso escolar do estudante do Ensino Médio, no Paraná verifica-se pelo percentual de atendimento apresentado que ele ainda é pouco expressivo nesse estado.

3.1 PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O Plano Estadual de Educação é um importante instrumento de mobilização e reivindicação no que se refere à garantia de política pública a ser implementada pelos estados na área Educacional. De acordo com o artigo 10 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional compete aos Estados elaborar e executarem políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios.

¹² Apresentação “Ensino Médio no Paraná: dados e perspectivas”, disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1250>, acesso em 20/11/2013.

Atualmente o Estado do Paraná não possui um Plano Estadual de Educação aprovado, porém tem uma versão preliminar que foi construída coletivamente entre os anos de 2003 a 2006.

O Plano Estadual se constitui como um documento de planejamento orientador das políticas públicas na área da Educação. É elaborado para vigorar num período de dez anos, e deve estabelecer as diretrizes, objetivos, metas programáticas e metas específicas para toda a Educação estadual.

Arias (SEED/PR; NUPE, [200-], p. 2)¹³ analisa em seu trabalho de pesquisa que “o PEE PR pode ser definido tecnicamente como um projeto de governo, proposto e coordenado pela SEED.” Destacando que em 2006, tempo limítrofe estabelecido para o estudo do plano, o mesmo ainda estava aberto ao debate público.

A versão preliminar do Plano Estadual de Educação do Paraná estabelecia em 2005 a doze objetivos e metas para o Ensino Médio nos próximos 10 anos:

1. Garantir a expansão progressiva de vagas para o Ensino Médio no Sistema Público de Ensino, especialmente no noturno, assegurando uma demanda de atendimento, no mínimo, de 80% do total da população na faixa etária de 15-24 anos, em 10 anos.
2. Reduzir progressivamente, a partir de 2006, as taxas de evasão e repetência para os próximos 10 anos em pelo menos metade dos valores de 2001. Isso significa uma taxa de evasão de 4%, taxa de repetência de 11,7% e taxa de promoção de 84,3%, em 10 anos.
- [...]
9. Garantir que a totalidade das escolas de Ensino Médio, no prazo de 3 anos após a vigência deste Plano, disponham de:
 - a) condições adequadas de estrutura física conforme normas já estabelecidas pela Fundepar;
 - b) equipamentos pedagógicos (livros, recursos audiovisuais, material de consumo para laboratório de ciências e informática, materiais para as disciplinas de Arte e Educação Física), definidos pelo Departamento de Ensino Médio, a partir de critérios de qualidade e quantidade;
 - c) equipamentos de informática na proporção mínima de um conjunto (computador conectado à Internet e impressora) para cada 80 alunos matriculados.
10. Garantir a merenda escolar, através de ação coordenada pelo Governo do Estado, a partir de 2006, para todos os alunos matriculados no Ensino Médio, independente da modalidade.
11. Garantir, através de ação coordenada pelo Governo do Estado, transporte escolar para todos alunos do Ensino Médio, independente da modalidade, que comprovadamente dele necessitem, no prazo de 2 anos a partir da vigência deste Plano.
- [...] (PARANÁ. Plano Estadual de Educação. Versão preliminar. 2005. P. 31-32).

¹³ Arias, Valéria – SEED/PR; NUPE arias@pr.gov.pr, pesquisa realizada sobre a construção Política do Plano Estadual de Educação do Paraná (PEE PR) na Gestão 2003-2006: uma interpretação do conteúdo e do alcance da metodologia da construção coletiva e do participacionismo democrático no espectro do estado contemporâneo.

Oito anos depois é possível constatar que houve alguns avanços no Ensino Médio no Paraná, se comparado com os dados apresentados na década anterior, mesmo o Plano Estadual de Educação não tendo sido aprovado pela Assembleia Legislativa Estadual do Paraná e sancionado pelo governador do estado. No entanto, os avanços foram poucos e percebe-se que há muito a se fazer para essa etapa de ensino, principalmente no que se relaciona à qualidade do ensino. Para isso há a necessidade de investimento, principalmente na infraestrutura física das escolas (laboratórios de informática com acesso a internet, laboratório de ciências, bibliotecas com acervo de qualidade e em quantidade suficiente); ampliação dos materiais didáticos pedagógicos para trabalhar todas as disciplinas curriculares; redução do número de alunos por turma e formação sólida e consistente para o professor, gestores e funcionários.

3.2 ENSINO MÉDIO POR BLOCOS DE DISCIPLINAS SEMESTRAIS

O Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais é regulamentado pela Resolução nº. 5590/08 da SEED e pela Instrução nº. 021/08 da SUED/SEED. É uma organização optativa aos estabelecimentos da Rede Estadual do Paraná a partir de 2009.

Nessa organização cada série é formada por 2 blocos que são ofertados de forma concomitante, cada um com 6 disciplinas que “dialogam” entre si, sendo que os blocos são independentes na série, ou seja, pode-se frequentá-los em qualquer ordem. Cada bloco deve ter obrigatoriamente 100 dias letivos, sendo cobrada a frequência mínima de 75% por parte dos estudantes. As matrículas são semestrais, com resultado parcial a cada bloco. A certificação é feita somente após conclusão das três séries.

Ramos (2013, p. 98) mostra em sua pesquisa que o Ensino Médio Organizado por Blocos de Disciplinas Semestrais não era considerado como uma política pública pela ex-secretária de educação (2008-2010), mas é assim nominado pela ex-chefe do departamento da educação básica (2004-2010). Na sua dissertação de mestrado Ramos (2003, p. 98) diz que essa organização do Ensino Médio surgiu a partir de solicitações de diretores de escolas, aliadas à pressão do

governador por melhores índices no que se refere à evasão e repetência nessa etapa da Educação Básica. Sendo implantado em 2009 em 109 escolas optantes, em 2010 mais de 300 e em 2011, 426 de um total de mais de 1.200 escolas da rede com a oferta do Ensino Médio.

Comparando o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais e a organização anual é possível perceber que na primeira organização os alunos têm menos disciplinas para cursar no ano, ou seja, enquanto na organização anual o aluno cursa as doze disciplinas da Matriz Curricular ao mesmo tempo, na organização por blocos ele cursa apenas seis em cada bloco, o que lhe possibilita dedicar-se a um número menor de disciplinas no semestre. Como o número de disciplinas são menores a carga horária total delas é concentrada num único bloco possibilitando, assim, um maior contato entre professor e alunos. Nessa perspectiva, Machado ([20--]) fala que,

O Ensino Médio Bloco, por sua vez, oferece essa percepção de término rápido e propõe um recomeço, visto que, os discentes possuem a chance de, no meio do ano, ter descartado seis disciplinas das doze, e no próximo semestre terão que se preocuparem com outras seis disciplinas diferentes (tendo que começar do “começo”). (MACHADO, [20--], p. 1).

Outro elemento considerado na organização por blocos, que contribui para que se diminua o índice de reprovação refere-se ao fato de que ocorrendo a desistência do aluno, o mesmo tem garantido o bloco em que obteve êxito, podendo retomar o estudo em outro semestre. Também pode iniciar a série no meio do ano diferentemente da organização anual na qual o estudante que desiste ou para de estudar perde o ano todo. Assim é possível concluir que a Organização do Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais é mais favorável para a diminuição dos índices de reprovação e abandono escolar.

No que se refere à concepção pedagógica de ensino é possível identificar críticas com relação à organização do Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais, pois os estudantes possuem duas etapas a serem vencidas, o primeiro e o segundo Bloco de Disciplinas, passando a impressão do ano letivo ser menor, mais rápido. De acordo com Machado ([20--], p. 13) “parece haver uma preocupação com a concepção ‘etapista, acumulativa e transmissivas dos saberes’.”

Sobre os conteúdos, no Ensino Médio por Blocos a autora esclarece que “esse conteúdo a ser ministrado em um ano passa a ser trabalhado em seis

meses¹⁴, o que pode ocasionar acúmulo do conteúdo e intensificação do trabalho docente e da aprendizagem do discente.” (MACHADO, [20--], p. 13).

3.3 PROEMI

O Programa Ensino Médio Inovador foi instituído pela Portaria nº 971 do Ministério da Educação, de nove de outubro de dois mil e nove, com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional. (BRASIL, 2009).

Esse programa integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) prestando apoio técnico e financeiro a ações de desenvolvimento e estruturação do ensino médio mediante análise, seleção e aprovação de propostas, na forma de plano de trabalho, e posterior celebração de convênio, execução direta ou descentralização de recursos, na forma da legislação aplicável.

O artigo 2º da Portaria nº 971/2009 estabelece que o programa visa apoiar as Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal no desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino médio não profissionalizante, com ênfase nos projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras.

Conforme apresentado por Ramos (2013) o Estado do Paraná, assim como outros estados fez a adesão ao PROEMI, porém, fazendo as devidas adequações ao programa.

O Paraná foi um dos 17 estados que aderiu ao Programa Ensino Médio Inovador em 2009 (com o maior número de escolas participantes – 84) e, como os demais estados optantes, elaborou seu plano de ação com a seguinte organização: a ampliação da carga horária através da oferta de atividades complementares em quatro áreas do conhecimento (definidas na proposta) e, para elas, os alunos fariam a opção da participação em contraturno como complementação curricular. As atividades

¹⁴ É importante ressaltar, porém, que independente das disciplinas serem trabalhadas em um ano ou em um semestre a carga horária total desta será sempre a mesma.

complementares seriam independentes e de oferta semestral e buscariam aprofundar os conteúdos das disciplinas da matriz curricular, de acordo com as Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná, as DCE's. (RAMOS, 2013, p. 110)

Ramos (2013, p. 112) mostra que o Programa Ensino Médio Inovador “teve seu processo de implantação no estado do Paraná atrelado ao Ensino Médio Organizado por Blocos de Disciplinas Semestrais.” De acordo com a autora, “no ano de 2009 havia 109 (cento e nove) estabelecimentos de ensino optantes pelo Ensino Médio por Blocos, destes, 84 (oitenta e quatro) optaram pelo Programa Ensino Médio Inovador.” (RAMOS, 2013, p. 112).

3.4 PROGRAMA DE COMBATE A EVASÃO ESCOLAR

O Estado do Paraná visando combater a evasão escolar lança em 2005 o Programa de Mobilização para Inclusão escolar e a Valorização da Vida. O qual foi apresentado com o título Fica Comigo.

De acordo com documento oficial elaborado pela SEED/PR (2009, p. 6) o objetivo do programa foi pautado na necessidade de promover a inserção no sistema educacional (Rede Estadual de Educação Básica do Paraná) das crianças e dos adolescentes que tenham sido excluídos, por evasão ou por não acesso à escola e criar uma rede de enfrentamento à evasão e exclusão escolar.

O papel da Secretaria de Estado da Educação nessa política pública educacional é o de “mediar o contato com Secretarias do Estado, Ministério Público Conselho Tutelares e Patrulha Escolar, no sentido de instrumentalizar as escolas sobre as ações que competem a cada segmento e que podem ser buscadas por ela, uma vez esgotadas as suas possibilidades de retorno e permanência do aluno.” (SEED/PR. 2009, p. 6).

Como um instrumento do Programa foi criada a “FICA” (Ficha de Comunicação do Aluno Ausente). Tal instrumento teve e tem como objetivo acompanhar os casos de evasão de todos os alunos a partir do momento em que apresentem ausência de 5 dias consecutivos e 7 dias alternados.

Esse programa busca, também, problematizar e analisar os principais motivos da evasão, que podem estar situados em fatores para além dos

pedagógicos como, por exemplo, violência contra a criança e o adolescente, drogadição, trabalho infantil ou outros, os quais devem ser comunicados e acompanhados por órgãos competentes.

Nessa perspectiva de acordo com o documento oficial do Programa Fica Comigo

É necessário destacar que a FICA tem sido utilizada como um importante instrumento, não somente de comunicação do aluno ausente, mas de análise dos principais motivos que levam à evasão escolar. Análises estas, que possibilitam o acompanhamento e a mediação na busca de órgãos competentes que possam dar suporte às escolas. (SEED/PR. 2009, p. 7)

O Programa abrange todos os alunos da educação básica, uma vez que “[...] deve se lembrar que o ECA, nos seus artigos 1º e 2º, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, considerando criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.” SEED (2009, p 7).

Analisando os dados apresentados na tabela 9 do capítulo 2 pode se concluir que esse programa vem obtendo resultados positivos no Paraná, pois através dele o estado conseguiu reduzir a taxa de abandono escolar de 2004 que era de 9% para 6% em 2011, ou seja, uma redução de 3%.

De acordo com informações da SEED/PR (2009, p,7) “em 2008, foram preenchidas 29.199 fichas pelas escolas, através das quais a SEED, por meio do Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional e, a partir de julho, pela Coordenação de Gestão Escolar, realizou o acompanhamento das fichas e a análise dos principais motivos indicados pela escola como sendo os condicionantes da evasão escolar.”

Das fichas do Ensino Médio analisadas observou-se que o maior percentual de abandono ocorre nas turmas do 1º ano (56%) e no período noturno.

Os motivos mais citados na ficha para justificar o abandono escolar foram: Transferência de moradia, defasagem idade/série, gravidez na adolescência, situação de trabalho infantil, indisciplina e repetência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ensino Médio nessa década vem sendo pautado nas discussões nacionais e estaduais. Percebe-se certa preocupação da sociedade como um todo (Governo, Sociedade Civil Organizada, Instituições de Ensino Superior) relacionada ao acesso, a permanência e o sucesso escolar nessa etapa de ensino.

A partir dos dados analisados nessa pesquisa poderíamos apresentar dois panoramas do Ensino Médio no Brasil e no Paraná nos últimos doze anos. Um seria bastante positivo e destacaria as melhoras significativas ocorridas no Ensino Médio nesses anos, como, por exemplo, a significativa correção da idade/série nessa etapa de ensino, sendo que no Brasil as matrículas de estudantes de 15 a 17 anos no passou de 43,5% em 2000 para 63,1% em 2012 e as do Paraná passaram de 42,4% para 70,1%; o aumento ocorrido no número de atendimento no período diurno sendo que o número de matrículas nesse turno passou para aproximadamente 70% no Estado do Paraná no ano de 2012; o aumento no número de estabelecimentos de ensino que passaram a ofertar o Ensino Médio, sendo de 55% na Rede Federal, 71,3% na Rede Privada e mais de 100% na Rede Estadual; a expansão da oferta do transporte escolar, tanto para os alunos residentes na área rural quanto urbana; a diminuição significativa no número de abandono escolar. Enfim, ressaltar-se-ia, os aspectos positivos relacionados atendimento dos jovens nesse nível de escolaridade.

O outro panorama apresentaria um quadro bastante preocupante no qual mais de 20% dos estudantes da faixa etária de 15 a 17 anos no Estado do Paraná no ano de 2008 não estavam nos bancos escolares e dos 78,8% que estavam estudando, apenas 58,5% estavam cursando o Ensino Médio (faixa etária considerada adequada). Outro indicador seria o relacionado à taxa de reprovação que apresentou um leve aumento no período analisado, tanto no Paraná, quanto no Brasil. Mas o mais alarmante de todos refere-se ao IDEB que se constitui na atualidade como um importante indicador do desenvolvimento educacional. Assim, observou-se que o IDEB do Ensino Médio no Estado do Paraná no ano de 2011 foi de 4.0, índice considerado insatisfatório e que demonstra a ineficácia do sistema educacional.

Cabe, porém, ressaltar que não se constitui como objetivo desse trabalho apresentar uma visão positiva ou negativa do que foi analisado, mas sim apresentar uma análise séria e imparcial das políticas visando o acesso, a permanência e a qualidade no Ensino Médio, nesse sentido, é possível afirmar que ao longo da última década, tanto no Brasil quanto no Estado do Paraná, percebe-se uma ligeira melhora nos indicadores.

É importante destacar que os programas implantados no Paraná voltados a essa etapa de ensino como o Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais, Programa do Transporte Escolar e o Programa de Combate a Evasão Escolar estão contribuindo significativamente para os avanços que estão ocorrendo no Ensino Médio. Avanços lentos, mas importantes. Assim, como é possível identificar que o Programa Ensino Médio Inovador, idealizado pelo Governo Federal, ainda está tendo pouca expressividade nas escolas estaduais do Paraná.

Nesse estudo ficou perceptível, também, que, assim como ocorreu com o Ensino Fundamental o esforço que vem sendo direcionado a esse nível de escolaridade é maior no que se refere à oferta e permanência dos estudantes, sendo colocado a segundo plano as políticas voltadas a qualidade do ensino ofertado, qualidade essa pensada a partir da proficiência dos estudantes nas avaliações de larga escala.

Ficam para continuidade dos estudos sobre o Ensino Médio no Brasil e no Paraná os principais desafios para essa etapa de ensino como os relacionados à expansão da oferta; permanência dos estudantes; qualidade no ensino a ser ofertado; a finalidade dessa etapa de ensino e a conclusão na faixa etária adequada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Mirian; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino Médio: múltiplas vozes**. Brasília: Unesco, Mec. 2003.

AMARAL, Nelson Cardoso, CASTRO, Jorge Abrahão de, PINTO, José Marcelino de Rezende. **O financiamento do Ensino Médio no Brasil: de uma escola boa para poucos à massificação barata da rede pública**. Jul.-set. 2011. Campinas: Educ. Soc. v. 32, n. 116, p. 639-665. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 12/09/2013.

ARAUJO, Gilda Cardoso de; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação**. Revista Brasileira de Educação. N 28. Jan./Fev./Mar./Abr 2005.

ARIES, Valéria. **A construção política do Plano Estadual de Educação do Paraná (PEE PR) na gestão 2003-2006: uma interpretação do conteúdo e do alcance da metodologia da construção coletiva e do participacionismo democrático no espectro do estado contemporâneo**. UFPR. 2007. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/444.pdf>. Acesso em 15/11/13.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **O Ensino Médio no contexto do Plano Nacional de Educação: o que ainda precisa ser feito**. Maio-ago. 2011. Cad. Cedes. Campinas: vol. 3. n. 84, p. 195-208. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 12/09/2013.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 59 de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 10/11/2013.

BRASIL. **Lei n. 12.061, de 27 de outubro de 2009**. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12061.htm>. Acesso em 10/11/2013.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 10/11/2013.

BRASIL. **LEI Nº 11.494, DE 20 DE JUNHO DE 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em 04/12/2013

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). Geografia da educação brasileira. Brasília, DF: **Sinopses Estatísticas 2000 – 2012.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em 10/07/2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1378&z=cd&o=7>>. Acesso em 10/07/2013.

BRASIL; IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2012.

BONETI, Lindomar Wessler; RADO, Sonia Cristina. **Políticas Públicas Educacionais de acesso e permanência de alunos jovens no Ensino médio no paraná.** XI Congresso de Educação. EDUCERE, 2013. PUC/PR. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/8178_4499.pdf>. Acesso em 10/11/2013.

COSTA, Vera Lúcia C. **Financiamento e Gasto com no Ensino Médio no Brasil.** Brasília: Em Aberto. Dez. 2001. v. 18, n. 74, p. 72-80.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). **Ensino Médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

GOMES, Candido Alberto; MORGADO, Patrícia Cristina Chaves Rodrigues. **Financiamento do Ensino Médio: transparência ou opacidade?.** 2007.

KRAWCZYK, Nora. **Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil hoje.** Cadernos de Pesquisa. Set./dez. 2011. v. 41, n.144.

KRAWCZYK, Nora. **O Ensino Médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa. Em questão 9. 2009.

KUENZER, Acacia Zeneida. **O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020**: superando a década perdida? Jul.-set. 2010. Educ. Soc., Campinas: v. 31, p.851-873, Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 25/10/2013.

KUENZER, Acácia Zeneida (org.). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. Cortez. São Paulo: 2000.

MACHADO, Tatiane Vanessa. **O Ensino Médio por Blocos de Disciplinas Semestrais como proposta de currículo inovador no Paraná**: análise sobre os tempos escolares. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439&Itemid=1038>. Acesso em 04/12/2013.

MELO, Silvana Diniz Gomes, DUARTE, Adriana. **Políticas para o Ensino Médio no Brasil**: Perspectivas a universalização. Cad. Cedes. Campinas. vol. 31, n. 84, p. 231-251, maio-ago. 2011 23. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. acesso em 11/09/2013.

MENEZES, Luis Carlos. **O novo público e a nova natureza do Ensino Médio**. Estudos Avançados. 2001.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Da universalização do Ensino Fundamental ao desafio da qualidade**: uma análise histórica. Educação e Sociedade, v. 28, p. 661-690, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O Direito à Educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda C. **Qualidade do Ensino**: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Revista Brasileira de Educação, (28): 5-23, jan/fev/mar/abr 2005.

PARANÁ. **Plano Estadual de Educação – PEE PR: Uma construção coletiva** (Versão preliminar). Documento elaborado para apresentação, em Audiência Pública. Colégio Estadual do Paraná, em 6 de outubro de 2005. Curitiba: 2005.

PARANÁ. **Metas de Governo – Governador Beto Richa**. Disponível em: <http://www.seeg.pr.gov.br/arquivos/File/MDG20112014.pdf>. Acesso em 18/11/2013.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Básica. Superintendência da Educação. Instrução nº 04/2009. **Regimenta o Ensino Médio Organizado por Blocos**. Curitiba, SEED, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Ensino Médio no Paraná: dados e perspectivas**. Apresentação realizada no encontro pedagógico do Ensino Médio do Estado do Paraná. Agos, 2013. disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1250>>. Acesso em 20/11/2013.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **Financiamento do Ensino Médio no Brasil: Uma abordagem inicial**. [200-]. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 12/09/2013.

RAMOS, Edna A. de S. **Tensões Entre Mec e Seed/Pr: uma análise a partir do Programa Ensino Médio Inovador**. 127 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Setor de Educação, Curitiba, 2013. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/33343/R%20.20D%20%20EDNA%20AMANCIO%20DE%20SOUZA%20RAMOS.pdf.sequence=1>>. Acesso em: 16/09/2013.

SANTOS, Rulian Rocha dos, **Breve Histórico do Ensino Médio no Brasil**. Seminário Cultura e Política na Primeira República: campanha civilista na Bahia, UESC. 2010.

ZIBAS, Dagmar M. L. **A reforma do Ensino Médio nos anos de 1990: o parto da montanha e as novas perspectivas**. Fundação Carlos Chagas.